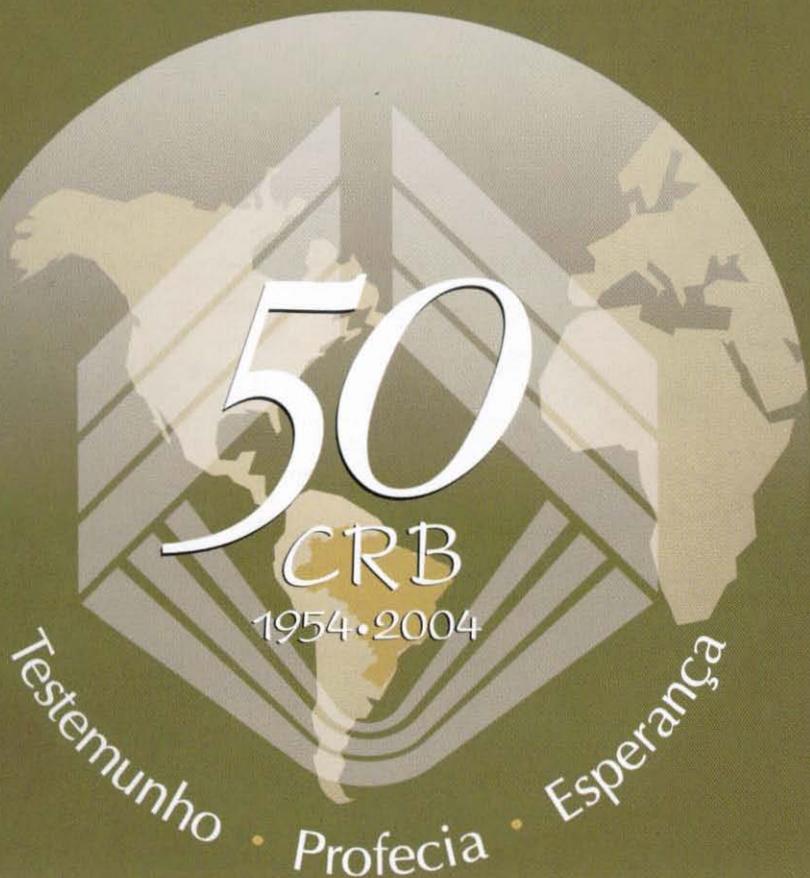


CONVERGÊNCIA

Março 2004 • Ano XXXIX • Nº 370

ISSN 0010-8162



- Os Interrogantes da Vida Religiosa no Século XXI
- Uma Espiritualidade para a Vida Ativa
- Missão de Pároco: experiência limitada mas intensa
Algumas reflexões
- A violência na Igreja

Sumário

EDITORIAL	65
PALAVRA DO PAPA	69
INFORME CRB	72
ARTIGOS	76
Os Interrogantes da Vida Religiosa no Século XXI	76
JOSÉ COMBLIN	
Uma Espiritualidade para a Vida Ativa	96
LUÍS GONZÁLEZ-QUEVEDO, SJ	
Missão de Pároco: experiência limitada mas intensa Algumas reflexões	108
PE. CLAUDIO PERANI SJ	
A violência na Igreja	121
CAMILO MACCISE, OCD	

A ilustração da capa da Convergência 2004 apresenta a logomarca do Jubileu da CRB. É um projeto gráfico da artista gráfica Patricia Oliveira da Rocha (Belo Horizonte - MG) e Luiz Henrique Sales (Rio de Janeiro - RJ). A capa evoca a presença e missão da Vida Religiosa do Brasil no mundo atual, como Testemunho, Profecia, Esperança.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vítório, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura	Brasil: R\$ 80,00
Anual	Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)
para 2004	Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50

Editorial

Ecoss de Mumbai

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

Os ecoss do Fórum Social Mundial 2004 continuam ressoando nos ouvidos e no coração de todos aqueles que acreditam que "outro mundo é possível". Sediado na cidade de Mumbai, na Índia, o Fórum deste ano teve peculiaridades interessantes. Tomou as cores e os ritmos do contexto cultural da sua celebração, como fizeram notar vozes autorizadas de analistas e comentaristas internacionais, bem como testemunhos espontâneos de muitos participantes. Basta verificar rapidamente a diversificada agenda desse mega evento para ter a comprovação dessa verdade. Entre muitos outros, foram debatidos temas como: – a globalização imperialista; – o patriarcado; – militarismo e paz; – sectarismo e fundamentalismo religioso; – casteísmo e racismo. Mas é talvez o formato do FSM 2004 e seu objetivo de oferecer um espaço tão amplo quanto possível para "atividades auto-organizadas", o que melhor evidenciou as peculiaridades que marcaram o Fórum.

Uma dessas peculiaridades que mais chamou a atenção foi a presença massiva dos pobres e excluídos de toda a Índia, de grupos tribais e aborígenes de diversa proce-

dência. Enquanto "em Porto Alegre predominavam ONGs, a classe média, estudantes, em Mumbai a participação dos pobres era avassaladora e constituiu um fato comovedor e certamente novo".

Este fato é sobremaneira importante no contexto do mundo atual, regido pelas leis do mercado, que só abre espaço para quem possui dinheiro, tem acesso às fontes da riqueza e se beneficia do jogo do poder econômico; excluindo sistematicamente os que não cabem nessas categorias e tratando de camuflar a realidade social e política da exclusão. Nesse mundo excludente, a celebração do quarto Fórum Social Mundial, como espaço de visibilização de rostos antes ignorados e negados e de escuta de vozes há séculos silenciadas, pode parecer-se à figura de um pequeno oásis em meio a imensas extensões desérticas. Mas esta peculiaridade do Fórum de Mumbai é certamente um sinal de esperança e uma profecia que já não poderá ser ignorada nem silenciada. Como afirmou o Secretário Geral do Fórum Social Mundial, "o Fórum nasceu para isto", para dar rosto e voz a todos os que na lógica do sistema neoliberal vi-

gente não contam, não existem. Essa mesma afirmação está contida no testemunho de uma mulher *dalit*, que participou do Fórum e é comovedora: “antes de chegar aqui, eu acreditava que os *dalits* não significávamos nada para ninguém. Agora creio que existem pessoas para as quais somos importantes”.

As muitas faces do FMS de Mumbai com seus desdobramentos e com as novas perspectivas que abriu para o futuro, são um eloqüente testemunho de que amplos setores da sociedade atual acreditam que “outra globalização é possível”, que vale a pena apostar num futuro melhor para a humanidade e comprometer-se para que isso aconteça.

A presença de grupos representativos da Vida Religiosa em Mumbai, embora quantitativamente reduzida, é certamente promissora. Além da dimensão de testemunho e solidariedade, essa presença tem o caráter de compromisso com as grandes causas que hoje mobilizam pessoas, grupos, religiões e igrejas, movimentos e organizações de caráter plural. Significa por parte da Vida Religiosa a vontade de superar a persistente tendência ao isolacionismo para somar-se com outras forças e outras instâncias da sociedade, na busca de alternativas, pequenas ou de maior porte, capazes de abrir caminho a “outro mundo”, sem exclusões nem discriminações, sem fome nem violência.

Tudo isso pede que se dê continuidade e efetividade às articulações e às propostas de Mumbai. Neste sentido, as reflexões do jesuíta Peter Henriot, presente ao Fórum, parecem válidas para a toda a Vida Religiosa hoje: “Sinto que somos chamados a três coisas; – a fortalecer o fundamento espiri-

tual de nossa vida e ministérios, uma espiritualidade de justiça, uma *espiritualidade de resistência*; – aprimorar nossas facultades analíticas para identificar de modo autêntico as causas profundas de uma situação de *apartheid global*; – levar a uma prática mais real nosso contato e solidariedade com os pobres, com aqueles que sentem a dor da ausência de *outro mundo*, e – na maioria das vezes – sentem a necessidade de *outra igreja*”. Na mesma linha dessas reflexões e na esteira do FSM 2004, seria oportuno que religiosos e religiosas se perguntassem honesta e corajosamente: – “outra Vida Religiosa é possível”? que mudanças devem acontecer para que nasça essa “outra Vida Religiosa possível”? – que vozes estamos escutando? – que rostos estamos contemplando? – que espaços estamos abrindo a essa “outra Vida Religiosa”?

A celebração do Jubileu da CRB, com suas várias iniciativas em nível regional e nacional, constitui certamente um momento privilegiado para fazer-se tais questionamentos. “*TESTEMUNHO, PROFECIA, ESPERANÇA*” só acontecerão se a Vida Religiosa souber ser despojada e criativa nas suas formas de presença e missão no mundo. Se for capaz de escutar as vozes dos que lutam pela sua dignidade e por condições de vida mais humanas, se souber contemplar seus rostos e assumir sua causa. É precisamente a isso que nos conduz o itinerário quaresmal que a liturgia da Igreja nos convida a percorrer neste mês e que nos prepara para a celebração da Páscoa do Senhor.

Convergência quer continuar contribuindo para fazer avançar esse processo de refundação da Vida Religiosa e, neste mês de março, oferece aos leitores um rico material de reflexão/oração, de estudo e de

bate, particularmente apto a realimentar e dinamizar o seu compromisso com a pessoa e a causa de Jesus.

“Os interrogantes da Vida Religiosa no século XXI”, de José Comblin, é um artigo de notável lucidez e mordência. Provoca a reflexão, a autocrítica, o debate. Com a competência e o agudo senso crítico que lhe são peculiares, o autor descreve a atual situação de crise da Vida Religiosa, relacionando-a com a crise da Igreja católica e lembrando que participam dessa crise todas as “religiões institucionalizadas” ou todas as “institucionalizações das religiões”. Num segundo momento, analisa mais particularmente a crise da Vida Religiosa na perspectiva da crise global das religiões, tratando de colocar em evidência as causas históricas de tal situação. Trabalha com a hipótese de que a ênfase na sacralização tenha obscurecido a primazia do amor. Faz uma leitura densa e pro-vocativa do processo de renovação da Vida Religiosa na América Latina e trata os impasses que ainda persistem como desafios para religiosas e religiosos de hoje. O texto apresenta também alguns critérios teológicos a serem tidos em conta na atual conjuntura e insiste na primazia do amor. Para José Comblin, “estamos numa sociedade ultraconservadora em que a promoção do indivíduo é o único valor reconhecido. O amor desapareceu da ideologia social dominante... Precisamos reinventar o amor”.

Cláudio Perani, SJ, no seu texto – “Missão de pároco: experiência limitada, mas intensa. Algumas reflexões”, apresenta um testemunho qualificado de sua experiência de religioso-pároco, na igreja particular de Marabá. O texto está escrito a partir da vida, da experiência e tem assim o cará-

ter de depoimento. Parte de uma visão da realidade social local, traçando em breves pinceladas o panorama sócio-cultural da região e situações concretas que desafiam aí a missão da paróquia católica. Em seguida, o autor apresenta os seus pressupostos de missão, como jesuíta sacerdote. Ao longo do texto, o leitor/a é levado a percorrer o itinerário apostólico vivido pelo autor nos últimos dois anos e meio, com suas descobertas, desafios e tensões. Para o autor, os desafios maiores são: – mentalidade religiosa, abertura social, a formação, o papel das coordenações, o autoritarismo. O texto tem a mordência própria do testemunho de quem busca acertar na difícil arte de ser religioso-pároco nos dias de hoje, numa realidade de pobreza e conflitos. Concluindo, o autor afirma que “se um pároco fracassasse na realização de várias pastorais, mas conseguisse ter sempre uma presença misericordiosa, para que o povo reconhecesse no rosto da paróquia a compaixão de Jesus, poderia se alegrar porque – se não na terra – certamente no céu haveria mais festa”.

O artigo de Luis González Quevedo, SJ – “Uma espiritualidade para a vida ativa” – situa-se na perspectiva do primeiro marco indicador da XIX Assembléia Geral da CRB e na ótica da tradição espiritual inaciana. Tem como objetivo mostrar como a espiritualidade inaciana pode levar religiosos e religiosas a aprofundar na sua busca de Deus e no seu compromisso da Missão, crescendo na experiência da integração fé e vida. Na introdução, o autor apresenta o enfoque do tema e lembra uma tendência atual: – “a nossa vida religiosa, hoje, preocupa-se menos com a *observância regular* e muito mais com o amor fraterno e com a

ação solidária em favor dos outros". Temas de singular relevância no vida espiritual, tais como: o encontro com Deus, a escuta da Palavra, a identificação com Jesus Cristo pobre, a dimensão eclesial, o diálogo com o mundo, o testemunho da esperança são tratados com competência e profundidade ao longo do texto. Na conclusão o autor faz uma pergunta pro-vocadora: "porque o que deveria integrar às vezes não integra?" E oferece algumas pistas sugestivas nessa busca da integração a partir da experiência espiritual, seja na tradição inaciana, seja na tradição de cada família religiosa.

Camilo Maccise, OCD, no seu artigo "A violência na Igreja" – apresenta uma "reflexão não só teórica, mas que leva em conta a história passada e recente na vida da Igreja junto com experiências pessoais e testemunhais no presente do povo de Deus". O artigo é questionador, capaz de suscitar uma revisão séria e corajosa da nossa maneira de conceber e exercer a autoridade na Igreja. Com notória lucidez e grande sensibilidade evangélica, o autor

trabalha dois ângulos dessa candente temática: – o pano de fundo da violência eclesial e as manifestações da violência na Igreja. No primeiro aspecto são focalizados comportamentos psico-sociológicos dos indivíduos e grupos humanos, na sua relação com o poder, particularmente a tensão dos movimentos centrípeto e centrífugo e a influência do modelo de Igreja. No segundo, são descritas e analisadas formas de violência moral e psicológica vigentes ainda hoje na instituição eclesial: – a violência do centralismo, a violência do autoritarismo e a violência do dogmatismo. O autor conclui insistindo na necessidade de avançar na busca de uma nova eclesialidade que supere definitivamente o modelo de Igreja de cristandade e que se abra verdadeiramente à aceitação prática do modelo de Igreja recuperado pelo Vaticano II. Isso permitirá à Igreja "viver a unidade na diversidade sócio-cultural e eclesial através de um diálogo sincero, fraterno e maduro, que ajude a superar violências e medos".

**“O amor desapareceu
da ideologia social dominante...
Precisamos reinventar o amor”.**”



Palavra do Papa

Mensagem de Sua Santidade o Papa João Paulo II para a Quaresma de 2004

Caríssimos Irmãos e Irmãs!

1. Com o sugestivo rito da imposição das Cinzas tem início o tempo sagrado da Quaresma, durante o qual a liturgia renova aos crentes o apelo a uma conversão radical, confiando na misericórdia divina.

O tema deste ano – *«Quem acolher em meu nome uma criança como esta, acolhe-Me a Mim» (Mt 18,5)* – oferece a oportunidade de refletir sobre a condição das crianças; crianças que Jesus continua hoje a chamar a Si e a indicar como exemplo para aqueles que desejam tornar-se seus discípulos. As palavras de Jesus constituem uma exortação a examinar como são tratadas as crianças nas nossas famílias, na sociedade civil e na Igreja; e são também um estímulo a apreciar aquela simplicidade e confiança que o crente deve cultivar, imitando o Filho de Deus que compartilhou a sorte dos pequeninos e dos pobres. A este propósito, Santa Clara de Assis gostava de dizer que Ele, nascido, foi *«reclinado numa manjedoura, viveu pobre sobre a terra e ficou despido na cruz» (Testamento, Fontes Franciscanas, n. 2841).*

Jesus amou as crianças como suas prediletas pela sua «simplicidade e alegria de viver, a sua espontaneidade e a sua fé cheia de assombro» (*Angelus* de 18.12.1994). Por isso, quer que a comunidade as acolha, com os braços e o coração abertos, como se fosse a Ele mesmo: *«Quem acolher em meu nome uma criança como esta, acolhe-Me a Mim» (Mt 18,5)*. E a par das crianças, Jesus coloca os «irmãos mais pequeninos», ou seja, os pobres, os necessitados, os famintos e sedentos, os forasteiros, os nus, os doentes e os presos. A atitude que se tomar para com eles – acolhê-los e amá-los ou, ao invés, ignorá-los e rejeitá-los – é a mesma que se tem com Jesus, o Qual neles se torna particularmente presente.

2. O Evangelho narra a infância de Jesus na casa pobre de Nazaré onde, submisso a seus pais, *«crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e dos homens» (Lc 2,52)*. Quis fazer-Se criança para compartilhar a experiência humana. *«Aniquilou-Se a Si próprio; – escreve o Apóstolo Paulo – assumindo a condição de servo, tornou-Se semelhante aos homens. Aparecendo como homem, humilhou-*

Se ainda mais, obedecendo até à morte e morte de cruz» (Fl 2,7-8). Quando, aos doze anos, ficou no templo de Jerusalém, disse aos pais que, angustiados, O procuravam: «porque razão Me procuráveis? Não sabíeis que Eu tenho de estar na Casa de meu Pai?» (Lc 2,49). Na verdade, toda a sua existência foi caracterizada por uma confiante e filial submissão ao Pai celeste: «o meu alimento – dizia Ele – consiste em fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e em dar cumprimento à sua obra» (Jo 4,34).

Nos anos da sua vida pública, várias vezes afirmou que só entraria no Reino dos Céus quem conseguisse tornar-se como as crianças (cf. Mt 18,3; Mc 10,15; Lc 18,17; Jo 3,3). Nas suas palavras, a criança aparece como imagem eloqüente do discípulo que é chamado a seguir o divino Mestre com a docilidade de um menino: «quem for humilde como esta criança, esse será o maior no Reino dos Céus» (Mt 18,4).

«Tornar-se» pequenino e «acolher» os pequeninos: são dois aspectos dum único ensinamento que o Senhor hoje repropõe aos seus discípulos. Somente quem se fizer «criança» é que será capaz de acolher com amor os irmãos mais «pequeninos».

3. Muitos são os crentes que procuram seguir fielmente estes ensinamentos do Senhor. Gostaria de recordar aqui os pais que não hesitam em tomar a seu cuidado uma família numerosa, as mães e os pais que, no cimo das suas prioridades, colocam, não a busca do sucesso profissional e da carreira, mas a preocupação por transmitir aos filhos aqueles valores humanos e religiosos que verdadeiramente dão sentido à existência.

Penso com reconhecida admiração em quantos cuidam da formação da infância

em dificuldade e aliviam os sofrimentos das crianças e dos seus familiares, causados pelos conflitos e a violência, pela falta de alimento e de água, pela emigração forçada e por tantas formas de injustiça existentes no mundo.

Contudo, a par de tanta generosidade, deve-se registrar também o egoísmo daqueles que não «acolhem» as crianças. Existem menores profundamente feridos pela violência dos adultos: abusos sexuais, aviamento à prostituição, envolvimento na venda e no uso da droga; crianças obrigadas a trabalhar ou alistadas para combater; inocentes marcados para sempre pela desagregação familiar; pequenos sumidos no ignóbil tráfico de órgãos e pessoas. E que dizer da tragédia da SIDA com conseqüências devastadoras na África? Fala-se já de milhões de pessoas atingidas por este flagelo, e muitíssimas delas contagiadas desde o nascimento. A humanidade não pode fechar os olhos perante um drama tão preocupante!

4. Que mal fizeram estas crianças para merecer tanto sofrimento? Dum ponto de vista humano, não é fácil; antes talvez seja impossível, encontrar resposta para esta pergunta inquietante. Só a fé nos ajuda a penetrar num abismo tão profundo de sofrimento. Jesus, «obedecendo até à morte e morte de cruz» (Fl 2,8), assumiu sobre Ele o sofrimento humano, iluminando-o com a luz esplendorosa da Ressurreição. Com a sua morte, venceu para sempre a morte.

Durante a Quaresma, preparamo-nos para reviver o Mistério Pascal, que ilumina com a esperança a nossa existência inteira, incluindo os seus aspectos mais complexos e dolorosos. A Semana Santa voltará a

propor-nos, através dos ritos sugestivos do Tríduo Pascal, este mistério de salvação.

Amados Irmãos e Irmãs, encetemos confiadamente o itinerário quaresmal, animados por uma mais intensa oração, penitência e atenção aos necessitados. Que a Quaresma seja, de modo particular, uma ocasião útil para dedicar maior cuidado às crianças, no seu próprio ambiente familiar e social: elas são o futuro da humanidade.

5. Com a simplicidade típica das crianças, voltamo-nos para Deus, chamando-Lhe – como Jesus nos ensinou – «*Abba*», Pai na oração do «*Pai nosso*».

Ó Pai nosso! Repitamos freqüentemente esta oração durante a Quaresma, repitamo-

la com íntimo enlevo. Chamando a Deus «Pai nosso», tomaremos consciência de ser seus filhos e sentir-nos-emos irmãos entre nós. Deste modo, ser-nos-á mais fácil abrir o coração aos pequeninos, de acordo com o convite de Jesus: «*Quem acolher em meu nome uma criança como esta, acolhe-Me a Mim*» (Mt 18,5).

Com estes votos, sobre cada um invoco a bênção de Deus, por intercessão de Maria, Mãe do Verbo de Deus feito homem e Mãe da humanidade inteira.

Vaticano, 8 de dezembro de 2003.

Joannes Paulus II

**“quem for humilde como
esta criança, esse será o maior
no Reino dos Céus”**

(Mt 18,4)

Informe CRB

Escola de Formação Política – Paz na Terra –

Justificativa

A idéia de Formação Política dos cristãos e cristãs não é nova na Igreja do Brasil. Há experiências bem sucedidas na história da nossa Igreja, como por exemplo, o **Centro Dom Vital**, no Rio de Janeiro. Mais do que espaço de formação foi o **Centro Dom Vital** um lugar de nucleação de lideranças cristãs, de encontro, de diálogo e de mística.

A **Ação Católica Especializada**, com sua metodologia a partir da ação, conseguiu formar, em nosso país, quadros políticos cristãos nos vários meios sociais.

Recentemente, as **Comissões de Justiça e Paz** levaram muitos cristãos a unificar a fé e o compromisso político. Vários outros organismos eclesiais alcançaram o mesmo intento. Dom Hélder Câmara sonhava com uma **"Escola Superior de Paz"**.

O Brasil vive hoje um momento de transformações aceleradas. Como os cristãos vão exercer sua missão neste mundo complexo da globalização?

Exatamente para responder a estas questões cruciais pede o Santo Padre na Exortação *Christifideles Laici* (CfL), após

o Sínodo sobre os Leigos/87, que a formação dos leigos/as seja prioridade em nossas Igrejas Locais: "A formação dos fiéis leigos deverá figurar entre as **prioridades da diocese** e ser colocada nos programas de ação pastoral de modo que todos os esforços da comunidade (sacerdotes, clérigos e religiosos) possam convergir para este fim"... (CfL n.57). E mais: "Ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela unidade, de que está assinalada a sua própria situação de membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana. Não pode haver na sua existência duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada "espiritua!", com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida "secular", ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do engajamento político e da cultura" (CfL n.59).

O mesmo documento, falando sobre **os cristãos na vida política**, como missão do cristão, insiste que o "estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso huma-

no é a *solidariedade*: esta pede a *participação* ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política"... (CfL n.42).

As Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002) traçam as seguintes orientações para a **formação dos leigos**:

- a) seja programada e sistematizada, não apenas ocasional.
- b) ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia do seminário.
- c) seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo.
- d) seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado;
- e) desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano.
- f) seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos, seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política"¹

As Diretrizes atuais da Igreja do Brasil (2003-2006) constataam como mudança da mentalidade do mundo atual o **enfraquecimento da política**, decorrente das

mudanças culturais como a difusão do individualismo e, principalmente, do crescimento do poder dos grandes grupos econômicos multinacionais, que pretendem impor suas decisões à sociedade e substituir as instâncias políticas" (n.48).

Por este motivo, as atuais Diretrizes insistem que cabe aos cristãos e às comunidades eclesiais incentivar a participação política e o exercício da cidadania, numa perspectiva que vise não só a novas políticas públicas a curto prazo, mas a um novo modelo de sociedade – justa e solidária – a médio e longo prazos (cf. n. 168- 175).

Proposta de conteúdo temático a ser contemplado

- Os horizontes do mundo de hoje: desafios e dilemas da globalização.
- Estrutura da sociedade brasileira e a democracia no Brasil.
- A cultura brasileira: seus vícios e valores.
- História dos Movimentos Sociais: conquistas e desencontros.
- A luz da Palavra de Deus sobre a Política e a questão social;
- Atitudes dos Padres da Igreja sobre os problemas sociais.
- As grandes linhas de Ensino Social da Igreja.
- Os documentos das Conferências Episcopais Latino-americanas e da CNBB.
- Fundamentos da Ética Social (moral pública, opção pelos pobres, economia e moral, violência e guerra, ecologia e ética...).

¹ Texto transcrito no documento da CNBB – n.62: **Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas**, 1999, n.189.

- Por uma melhor distribuição da terra, exigência da democracia e da justiça social.
- Educação para a mística da Paz e para o compromisso político...

Objetivo Geral do Projeto: formar cristãos/ãs, leigos e leigas na missão política

Formar cristãos leigos/as na política significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação para agir como cristãos nos campos da missão política, testemunhando Jesus Cristo e participando da construção de uma sociedade justa e solidária.²

Naturalmente não se consegue formar leigos/as somente através de cursos mas também através de encontros e debates, de circulação de experiências e reflexões que ajudem a amadurecer o compromisso político e a mística de cristão.

Realização do Projeto

O Projeto ficará sob a responsabilidade e coordenação das **Comissões para a Ação Missionária e para o Laicato, da CNBB**, embora sua realização concreta deverá acontecer em centros locais que assumem a responsabilidade do funcionamento de sua Escola de Formação Política, com autonomia de articulação – organização temática, escolha de professores.

Os critérios últimos da programação do curso deverão ser definidos pela Coorde-

nação do Projeto com a participação de representantes dos membros parceiros – centros locais.

Haverá uma **secretaria**, em Brasília, para acompanhar o andamento dos vários centros, entrar em contato com outros centros de formação de leigos/as, diálogo com as organizações de leigos/as... A secretaria deverá funcionar no Centro Cultural Missionário, em Brasília.

O Projeto, com duração de dois anos, se concretizará em várias cidades do Brasil, onde deverá funcionar através de um **centro local**. Todos os centros locais concretizarão a mesma programação e cada centro deverá desenvolver, a seu modo, a programação completa do curso.

Algumas cidades já explicitaram o interesse em entrar no circuito da Escola de Formação Política: **Curitiba** (Euclides Scalco), **Belo Horizonte** (Patrus Ananias), **Rio de Janeiro** (Maria Clara Bingemer), **São Paulo** (Pe. Gilberto Beraldo/Deputada Luiza Erundina), **Fortaleza** (CNL), **Brasília/Goiânia** (Wolmir Amado e Pe. Ernanne Pinheiro)...

Metodologia

Os cursos serão oferecidos em **forma de módulos**, oferecidos através de:

- um mês intensivo que poderá ser oferecido em duas etapas.
- nos finais de semana e durante o período da noite, durante o ano, por meio de **palestras e debates, seminários,**

² O Santo Padre na carta aos Bispos do Brasil, 1986, pede insistentemente: "Sei que poderei manter vivo o apelo que tive ocasião de reiterar no correr da "Visita ad Limina" para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos (...). Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, também, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo".

com intercâmbio entre os centros através do correio eletrônico.

- para tanto, deve circular um **periódico trimestral** com artigos sobre os temas refletidos e referências bibliográficas para estudos complementares, via *Internet*.

Passos previstos

Naturalmente, muitos aspectos estão ainda por ser esclarecidos. Para que sejam assumidos com mais consciência e maior corresponsabilidade por todos os parceiros, serão definidos, em conjunto, os aspectos relacionados abaixo, pela Coordenação com os parceiros (centros locais) -um tipo de

Conselho Diretivo da Escola de Formação Política. Vejamo-los:

- a **programação detalhada dos cursos** e os critérios para a escolha dos professores;
- a possibilidade do curso ser reconhecido como **especialização** por uma Universidade do local onde funciona;
- a maneira de financiamento do **Projeto**;
- os critérios para os trabalhos da **coordenação** do Projeto e sua estrutura...

*Extraído do Comunicado Mensal da
CNBB - Ano 52 - Nº 574.*

“Ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela unidade, de que está assinalada a sua própria situação de membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana”

Os Interrogantes da Vida Religiosa no Século XXI

JOSÉ COMBLIN

1. Uma situação de crise

Desde a grande revolução cultural do Ocidente em 1967/8, essa grande virada que sacudiu as instituições, as doutrinas, as ideologias, as hierarquias sociais de todo tipo, inclusive as instituições religiosas, muitos religiosos e religiosas entraram em estado de crise porque entraram numa fase de insegurança. Apareceram dúvidas sobre o valor e o significado da sua vocação e eles ou elas se perguntaram qual era o seu lugar e o seu sentido no mundo atual. Muitos agüentaram e suportaram esse estado de crise até o final da vida. Outros e outras não agüentaram mais e preferiram entrar na insegurança da vida fora do convento, ainda que muitas vezes tivessem que sofrer pela inadaptação depois de anos de vida conventual.

Esta crise não foi superada e ainda está latente porque não recebeu resposta adequada. Na realidade, muitos na Igreja não entenderam ou não quiseram entender o sentido daquela crise. Muitos quiseram fechar os olhos e atribuir a crise a uma per-

turbação temporária devida às mudanças conciliares. Pensavam que com a volta à disciplina se voltaria à calma e tranqüilidade. Foi o que não aconteceu. Outros atribuíram a crise ao contato com a nova cultura que emergiu nas últimas décadas e acham que fechando portas e janelas se poderá proteger os institutos religiosos da contaminação da cultura exterior. Erro! Quantos religiosos e sobretudo religiosas ficam protegidos até os 30 e 40 e então a insegurança de repente aparece com mais força e de modo irresistível. Deixam o instituto depois de 20 anos ou mais. É o sinal evidente de que o modo de proceder não foi correto. Não é normal que uma pessoa adulta deixe um compromisso depois de 15 ou 20 anos. Alguma coisa deu errado.

Na realidade, a crise dos religiosos é apenas um aspecto de uma crise generalizada da Igreja Católica e dificilmente poderá ser superada se não for superada a crise da Igreja. Os sinais desta crise são evidentes: milhões de católicos entre os melhores, os mais formados e os mais comprometidos

no mundo atual, afastaram-se da Igreja de modo insensível até o momento em que descobriram que já não tinham nada em comum com ela. A Cúria romana atribui essa crise aos pecados dos contemporâneos, como atribui a crise dos religiosos aos pecados dos próprios religiosos. Nunca quer examinar o que provoca realmente esta crise.

Outro sinal da crise é este: a Cúria romana entregou a direção da Igreja aos movimentos integristas, tais como o Opus Dei ou os Legionários de Cristo. É sinal de que pretende levantar uma barreira muito alta para separar a Igreja do mundo. Tem a ilusão de que vai reconquistar o poder sobre o mundo pela força desses institutos integristas. A Cúria romana sabe que há uma crise, mas não quer aceitar o fato e acha que vai resolver o problema pela força do integrismo. Não é novidade: já se pensava assim em Roma nos tempos de Pio IX ou de Pio X ou de Pio XII. Cada vez a Igreja perdeu os seus melhores filhos. Essa reação é sinal da presença de uma crise profunda mas negada violentamente. A Igreja romana está de tal modo entregue aos integristas que já se rumoreja que quem vai fazer o próximo Papa, será o Opus Dei, e muitos acham que é quase seguro. Nas crises, o mais fácil é entregar-se a uma ditadura salvadora.

Esta crise não é própria da Igreja Católica. É uma crise generalizada de todas as religiões institucionalizadas ou de todas as institucionalizações das religiões. Sucede que o cristianismo é a religião mais institucionalizada e por conseguinte a que sofre com mais violência a crise. Os historiadores observaram que já houve na história da humanidade uma crise de semelhante envergadura. Houve uma grande mutação cul-

tural ao redor de 500 anos antes de Cristo em muitas regiões do mundo, na China, na Índia, no Oriente Médio, na Grécia. Somente não houve algo semelhante nas Américas, e daí a grande fraqueza dos povos americanos quando entraram em contato com o mundo eurasiático.

A grande mudança daquela época foi a racionalização das mitologias e dos ritos. A religião anterior era muito mais espontânea, irracional. Era uma proteção contra as ameaças da vida, contra os males físicos, psicológicos ou sobrenaturais, contra a morte, a doença, as forças da natureza. Constava essencialmente de ritos modo destinados a acalmar a angústia. No maio do último milênio antes de Cristo, veio a época do surgimento de uma razão abstrata com a crítica do irracional, a crítica dos mitos e dos ritos e a fundação de grandes conjuntos religiosos racionais em vista da superação da angústia. Fez-se a distinção entre o racional e o irracional: os filósofos gregos, os profetas de Israel, os líderes filosóficos da Índia e da China, Confúcio e o Buda quiseram superar as antigas mitologias com os seus ritualismos e fundar religiões mais racionais, menos espontâneas e mais legitimadas por razões. As mitologias não desapareceram, mas foram rejeitadas num plano inferior. Permaneceram como a religião básica dos analfabetos, sendo menosprezadas pela classe letrada.

Houve uma racionalização das mitologias construindo sistemas teológicos: apareceram uma teodicéia ou concepção racional de Deus, uma cosmologia racional, uma antropologia racional, uma sociologia racional e assim por diante. Nada disso obedecia ainda ao que hoje chamamos de razão científica, mas a racionalidade con-

sistia na elaboração de conceitos – por exemplo, o conceito de Deus – e num jogo de deduções a partir de conceitos supostamente racionais. A dedução dava uma impressão de racionalidade. Esta impressão ainda permanece hoje em dia nos últimos defensores da escolástica medieval e, de modo geral, na cultura clerical de todas as religiões.

Nasceu no judaísmo profético uma teologia racional, um antropologia racional e assim por diante. Tudo isso ainda bem perto das mitologias, e bem diferente da vida de Jesus, mas muito impregnado do movimento cultural racionalizante. Os antigos ritos foram racionalizados e formaram grandes liturgias onde cada rito tem um significado racionalizado próprio. Apareceu uma codificação dos costumes e tradições atribuídos aos deuses e integrados no sistema teológico. Finalmente houve uma clericalização das funções sagradas. Como guardião de tudo isso, nasceu e cresceu um clero que adquiriu cada vez mais importância social. Foi a época dos clericalismos. Entre Deus e os povos estão os cleros cuja mediação foi tida por indispensável. Foi a primeira grande crise da religião: a humanidade passou dos ritos de proteção aos sistemas religiosos vividos como racionais. Foi uma primeira vitória da razão humana, mas ela foi vivida como crise radical pelas religiões mais tradicionais. A luta dos profetas contra a religião popular é um dos fenômenos dessa crise.

O cristianismo histórico formou-se dentro desse contexto. O cristianismo invoca Jesus como o seu fundador. Mas ao lado da influência de Jesus a maior parte do sistema cristão vêm de outras fontes, exatamente da corrente cultural que anima as

classes letradas da humanidade desde os anos 500 antes de Cristo. Entre Jesus e o cristianismo há uma grande distância. Jesus situou-se à grande distância de todo o sistema religioso do seu tempo, e por isso permanece sempre atual. Depois dele foi construído todo um edifício dogmático, litúrgico, moral, que tornou a Igreja bem diferente daquilo que Ele tinha vivido e muito mais semelhante às grandes religiões mundiais que aparecem nessa época histórica (Vs.a C- XXs. p.C.).

Ora, hoje em dia estamos diante de uma segunda grande crise. O que está em crise, é todo este aparelho. 68 foi a data simbólica que marcou a rejeição dos grandes relatos, ou seja, dos grandes sistemas de explicação do mundo e a rejeição de todo sistema institucional que pretende disciplinar e enquadrar a humanidade no pensamento e no agir. É o fim da idade da dedução e da abstração. As Igrejas cristãs e a Igreja Católica no meio delas foram as mais atingidas. O que ficou desprestigiado e desqualificado foi a teologia, a liturgia, o código moral, e sobretudo o clero e a estrutura clerical com a sua pretensão de dirigir a humanidade.

Tudo isso nada tinha a ver com o ateísmo clássico ou com o comunismo. Pelo contrário o marxismo foi tratado como a última religião, o último grande relato com a sua teodicéia, sua moral, sua liturgia e sobretudo o seu clero. A Igreja perdeu meio século lutando contra o marxismo, sem ver o que estava realmente acontecendo na história. Não faltaram advertências, mas o próprio dos sistemas ditatoriais é a cegueira.

A grande mutação não destrói a religião, nem cria um ser humano totalmente entregue à matéria. Que a religião subsiste,

fica evidente pelo surgimento de inúmeros grupos religiosos ou espiritualistas no mundo. O homem e a mulher de hoje são tão sensíveis à religião como as anteriores, mas criam novas espiritualidades dentro da sua cultura. Os inventores desses movimentos religiosos não são os representantes das classes tradicionais, mas são as pessoas qualificadas que dedicam a vida às ciências e tecnologias.

Quando apareceram os sinais do novo espírito religioso, alguns entenderam que a religião católica tradicional podia ressurgir e recuperar a sua importância. Foi uma interpretação totalmente errada. Pelo contrário, os novos movimentos religiosos são os sinais de uma rejeição muito mais radical das Igrejas institucionalizadas do que o ateísmo da modernidade, porque criam substitutos

2. A vida religiosa na crise global das religiões

No meio desta crise, globalmente a vida religiosa permaneceu fixada no texto de Vaticano II em lugar de contemplar a grande crise religiosa que se manifestou tão claramente logo após o Concílio. Ora, o decreto *Perfectae Caritatis* é um texto totalmente obsoleto que não nos dá nenhuma orientação para o futuro. Parece dar orientação para o passado. Contemplado desde a realidade em que estamos agora, é perfeitamente ingênuo. Ignora totalmente os desafios da religião na nossa época. Com certeza, é um dos documentos mais fracacos do Concílio, mas lido à distância, decepciona porque se podia esperar mais atenção aos sinais dos tempos que já existiam, embora em forma mais discreta, naquela época.

Primeiro, o Concílio para contemplar a vida religiosa, parte do direito canônico e define a vida religiosa pelo direito canônico. Desde o início confere a prioridade aos institutos. Aos seus olhos, a vida religiosa é uma instituição antes de ser uma vida. É ignorar totalmente todo o estudo sobre as instituições que já existia naquela época. Supõe-se que as pessoas que fizeram profissão num instituto, estão vivendo uma vida religiosa, vivendo um carisma específico. Supõe-se inclusive que estão vivendo uma vida cristã porque estão cobertas por um revestimento que se afirma cristão. Não se pode identificar a vocação religiosa com a pertença a um instituto. O Instituto orienta para si mesmo muitas das energias dos seus membros, energias dedicadas à organização, ao poder, à subsistência do instituto. Pensar que se é religioso por ter feito profissão, é confundir o jurídico com o real. Os institutos podem muito bem matar a vida religiosa dos seus membros, o que foi mostrado tantas vezes na história.

O decreto conciliar como o direito canônico define a vida religiosa pela sua formalização. Formalmente o que distingue os religiosos são os votos. Então os votos aparecem como a essência da vida religiosa. Religiosos são os que fizeram os votos. Isto consta na formalização dos votos. Tal definição é prática para a Congregação romana dos religiosos, mas não fornece explicação sobre a realidade.

É uma definição jurídica, que não explica de que se trata. A vida religiosa real não está nos votos, mas numa vida específica com ou sem votos. Alguns acham que vivem na castidade, na pobreza e na obediência porque fizeram os votos e observam

os votos, tais como são definidos pelas constituições. A lei substitui a realidade. Típico da institucionalização dos últimos 2.500 anos: o sistema formal substitui a realidade.

Supõe-se, porque a pessoa fez voto de castidade, que por isso ela escolheu não casar por causa do Reino de Deus. No entanto, muitas outras motivações podem ter provocado essa profissão. Por exemplo, há pessoas que aceitam o celibato como uma exigência legal para poder entrar na instituição, assim como muitos seminaristas aceitam o celibato como condição para o sacerdócio mas de modo algum por opção pessoal, nem pela necessidade da sua dedicação ao Reino de Deus. A lei substitui a realidade.

Acham que são pobres porque observam as constituições, ou mesmo, porque seguem a definição da pobreza dada pelo Direito Canônico e ainda pelo Concílio. A maneira como os Padres conciliares definem a pobreza é puramente jurídica sem sentido de realidade. Com certeza eles não sabiam o que é pobreza e não conheciam essa imensa massa de pobres que há no mundo.

Quanto ao voto de obediência, o Direito Canônico supõe que a vontade dos superiores é a vontade de Deus. Parece ignorar que Jesus, para obedecer ao Pai, teve que desobedecer a todas as autoridades religiosas do seu tempo. Muitas vezes as ordens dos superiores procedem de necessidades do instituto, de tal modo que o indivíduo é sacrificado pelo bem do instituto, o que se supõe ser o bem de Deus. Ou puramente prevalecem razões administrativas. Pode-se descobrir nessa obediência uma utilidade ascética, uma ocasião de se tornar in-

diferente, de formar a humildade ou de vencer o orgulho, mas, de modo geral, esta obediência corre o risco de desestimular as iniciativas e torna as pessoas menos autênticas e mais submissas ao instituto. De qualquer maneira ela é datada historicamente. A única obediência realmente cristã é a obediência a Deus e Deus pode manifestar a sua vontade de muitas maneiras. Neste sentido a carta de Fernando Cardenal desmistificou o voto de obediência

Esses votos assim institucionalizados, não podem ser de modo algum sinais de testemunho, de profecia ou de esperança. Aos olhos dos contemporâneos aparecem como coisas formalistas, convencionais, sem sentido, como sobrevivência de condutas do passado. Nunca vão atrair nem convencer ninguém. É impossível imaginar que Deus possa querer que uma pessoa entre nesse quadro, como se esse quadro fosse um caminho de maior perfeição. Sinais de testemunho, profecia ou esperança são vidas concretas de pessoas concretas e não instituições formais definindo uma forma exterior de castidade, pobreza, obediência. Na nova cultura, os institutos não serão por si mesmos sinais de nada, ou sinais negativos. Sinais serão as pessoas, muitas vezes apesar do instituto e não por causa do instituto ou porque pertencem ao instituto. Com isso não se quer dizer que não pode haver institucionalização, que de qualquer maneira ela vai aparecer, mas que é necessário fazer o discernimento e saber onde estarão os sinais de profecia, de esperança ou de testemunho.

Um sinal evidente é que muitos jovens estão à procura de Deus, ainda que nem saibam como é Deus, e que não aceitem esse Deus tradicional. Não lhes passa pela

mente que poderia entrar num instituto. O que acontece? Será que os institutos não aparecem como caminhos para descobrir a Deus? Os institutos religiosos são métodos para ir à descoberta de Deus ou são apenas refúgios para aqueles que ficam apegados ao Deus tradicional e procuram uma segurança nesse Deus?

O que é esse Deus dos institutos? Não seria ainda o Deus da cristandade, o Deus autor e mantenedor de um imenso sistema religioso, feito de dogmas, ritos, preceitos, regras de disciplina? Não seria um Deus envolvido nesse sistema, sempre à disposição do clero? Pois, a questão dos religiosos hoje em dia é a questão de Deus: qual é o Deus deles? Dentro da nova cultura, esse Deus assim institucionalizado não vale mais. Há uma realidade fundamental que está na base da nossa existência, mas ela não se deixa confinar nos limites do sistema que vigorou durante tantos séculos.

Durante 2.500 anos as instituições religiosas foram o quadro necessário, o apoio das pessoas. As pessoas sentem a necessidade de serem enquadradas num sistema de dogmas, preceitos, costumes, ritos e prestações e a autoridade é a presença do sistema que dá apoio e firmeza, segurança. Eram felizes porque o instituto decidia por eles, o que dava segurança total. Houve uma época em que muitos religiosos tinham a certeza de estar no bom caminho porque sempre obedeciam. Daí a sua felicidade. Estamos entrando numa época de maior emancipação das pessoas que, se bem vivem em muitas instituições, não se identificam com elas de tal maneira e buscam cada uma muito mais do que antes um caminho próprio. Se o instituto não constitui uma ajuda no caminho pessoal, dei-

xam-no. Se não entrarmos nessa orientação cultural nova, não iremos preparar o futuro.

É verdade que os institutos que têm mais recrutamento são os que mantêm uma disciplina muito forte, inspirada nos esquemas medievais: Opus Dei, Legionários de Cristo, etc. Conseguem isso porque praticam um proselitismo inaceitável, manipulando os jovens de tal maneira, que mais tarde será uma fonte de escândalos estrepitosos. Caminham no sentido contrário à evolução histórica.

3: A sacralização da vida religiosa

Na época anterior, houve uma sacralização das pessoas que se apresentavam como mais próximas de Deus. Isto apareceu em todas as religiões. Essas pessoas são revestidas de um caráter sagrado. São ao mesmo tempo objeto de temor, respeito e fascinação. São verdadeiros objetos religiosos. Na cristandade os religiosos e as religiosas foram tratados assim: como objetos religiosos, dignos de veneração e sumo respeito, como seres fora do nosso alcance mas que podem intervir e interceder por nós junto a Deus. Se lhes pede orações, bênçãos, pensam o que a sua palavra pode ser milagrosa. São como santos na terra.

A hierarquia aproveitou esse fenômeno popular e fez da profissão religiosa um ato sagrado, uma sacralização da pessoa, uma consagração. Essas pessoas ficam marcadas por um sinal divino, independentemente de seu agir. Somente o hábito religioso, por si só, já é sinal de santidade. Essa foi a convicção popular e muitas vezes os religiosos souberam tirar proveito dela e comportar-se como se fossem seres superiores, sagrados, próximos a Deus.

Porém, o que no passado fez o seu prestígio, faz hoje em dia o seu desprestígio. Já não se aceita pessoas que façam profissão de ser mais perfeitos ou mais religiosos somente porque têm um hábito ou pertencem a uma entidade sagrada. A sacralização afasta em lugar de fascinar. A sacralização afasta de Deus porque ninguém pode aceitar que Deus precise de uma classe intermediária para comunicar-se com a humanidade.

Porém, o sinal da vida cristã não é o sagrado e sim o amor. Os religiosos foram prestigiados pelo seu caráter sagrado, sinalizado pelo hábito. Na mente popular o que fazia a santidade, era a consagração e não o amor. O que faz o religioso não é o amor, mas os votos dos quais se diz que são meios para amar. No entanto, não há nada que permita pensar que o celibato, a vida comunitária, a obediência sejam meios para amar? Daí a questão: qual é a relação entre a vida religiosa e o cristianismo. Para o cristão, a única realidade, o único valor é o amor. A consagração e os seus sinais não teriam substituído o amor?

A consagração fez dos religiosos uma classe privilegiada na sociedade. Ainda hoje são privilegiados. São os únicos que gozam de uma segurança total. Também de parte da autoridade civil recebem muitas mordomias. Tudo isso era sinal na época anterior, mas não nos tempos atuais e é contrário a um testemunho evangélico.

4. O poder do clero

O clero não aceita ser julgado pelo seu poder. Não aceita ser objeto de análise sociológica como se fosse uma entidade acima da humanidade, um pedaço do céu na terra. Atribui-se todas as notas evangélicas:

cas: ele pratica o amor, o serviço, a sua ação é puro serviço, o seu trabalho é puro sacrifício, dedicação a Deus. Basta ler toda a literatura pela qual o clero se sacraliza e se coloca acima da humanidade. Durante 2.500 anos essa literatura insuportável, felizmente, os leigos ignoram.

Durante séculos o clero foi a classe dominante, a classe privilegiada, que se atribuiu o poder supremo em nome de Deus que pretende representar. No passado o poder do clero era reconhecido, temido, mas respeitado. Hoje em dia não se aceita mais uma reivindicação de superioridade ou de mordomia em nome do clero, em nome de uma classe superior. De fato o clero perdeu muitas das suas antigas mordomias, No entanto, na América Latina ainda as conserva no meio do povo simples e mesmo nas classes superiores na medida em que o sagrado ainda impressiona as mentes. O *marketing* procura restaurar e aumentar a sacralização do clero para restaurar o seu poder. É apenas adiar o problema. Inevitavelmente esse prestígio do clero irá diminuindo.

Os religiosos não pertencem ao clero por definição. Em princípio, a vocação religiosa é diferente da vocação clerical. Mas, somente em princípio. Na prática, a imensa maioria dos religiosos são membros do clero. Houve uma ação sistemática durante séculos por parte dos Papas e dos bispos para que os religiosos aceitassem a ordenação sacerdotal e entrassem no clero. Desta maneira participam do poder do clero. Como combinar esse poder clerical com os votos religiosos? Para muitos parece que não há problemas! Para os institutos e os religiosos basta que haja um pedido do Papa e da hierarquia para justificar qualquer coisa. É visível a vantagem que a hierar-

quia tira da integração dos religiosos no clero. Desta maneira, os religiosos estão muito mais subordinados aos projetos e à política da hierarquia. Supõe-se que esta busca o Reino de Deus. Mas a história mostra que a realidade é muito mais complexa. Em muitos casos a integração no clero diminuiu muito a liberdade dos religiosos, assim como os afastou do seu projeto próprio. Esvaziou-os de tudo o que tinham de profético, de testemunho ou de esperança. Como pessoas, podem salvar a vida religiosa mesmo dentro da vida clerical. Mas não é a regra geral e, a institucionalização clerical enfraquece a vocação específica, apesar das exceções.

Além disso há outro problema. Entrar no clero é entrar numa classe poderosa, privilegiada, dotada de muitos poderes. Como pode ser tal situação conciliável com a vocação religiosa? Houve muitas reticências nos início da vida monástica, como também por parte de S. Francisco. A insistência romana foi mas forte. A consequência foi que muitos jovens entram num instituto religioso não por vocação religiosa mas para ser sacerdotes. Depois, eles trabalham em paróquias exercem ministérios tipicamente clericais. Afinal não subsiste nenhuma diferença entre sacerdotes seculares e religiosos, salvo neste sentido de que os religiosos são mais ricos, mais poderosos porque dispõem da força de um instituto. O que aconteceu com a intenção específica da vida dita religiosa? Ela desapareceu e de fato, aparentemente, ela está bastante afastada das preocupações diárias de muitos religiosos.

As religiosas nunca foram admitidas no clero. Nunca entraram na classe privilegiada. No entanto a hierarquia conseguiu que

a vida religiosa feminina se realizasse dentro de institutos aprovados por ela e totalmente subordinados à sua autoridade. Desta maneira as religiosas foram subordinadas ao clero e consideradas pelo povo como auxiliares do clero ou como um clero de segunda categoria. Não têm as mordomias do poder do clero, mas são vistas como subordinadas a esse clero. A hierarquia explicou que esse era o verdadeiro caminho da santidade e elas não puderam discutir. Somente nestes últimos tempos, alguns institutos procuram tornar-se independentes do clero, ainda que continuem dependendo de uma sagrada congregação romana tipicamente patriarcal. Hoje em dia inúmeras mulheres procuram realizar uma vocação religiosa fora dos quadros de institutos religiosos.

5. Medellín e a CLAR

Na América Latina, houve, sim, um corte radical, com o propósito de descobrir a vida religiosa dentro da nova cultura e da nova sociedade. A grande ruptura que não se realizou em Vaticano II, teve lugar em Medellín. O texto de Medellín rompe com os textos de Vaticano II. Ele parte de dois princípios. Primeiro, que o que tem prioridade é a caridade, o amor. Na dianteira está o amor e não os votos dos quais se fala relativamente pouco. O segundo princípio é a relação dos religiosos como o povo latino-americano. A vida religiosa não pode definir-se independentemente da situação, das expectativas e da missão da Igreja situada num momento bem determinado da história. Dá menos valor ao universal, atemporal e mais valor ao circunstancial. Esta perspectiva será a que a CLAR procurará salvar até o fim, até hoje?

Mas o valor de Medellín não se acha nos textos. Textos, por si próprios, não mudam nada. Medellín provocou e justificou a migração real e material de muitos religiosos e religiosas para o mundo dos pobres, para aquela outra face da América Latina da qual a Igreja estava ausente ou quase ausente. Esses religiosos e essas religiosas fizeram uma experiência que lhes mudou radicalmente a vida. Quero citar apenas um exemplo. Acabo de ler o livro das memórias¹ de um grande amigo, o padre José Aldunate Lyon, SJ. Ele foi o jesuíta perfeito. Foi provincial e ocupou todos os lugares importantes na sua província do Chile. Está agora com 86 anos. Conta como a sua vida mudou radicalmente quando em 1973 (tinha 56 anos) entrou na vida operária em Calama, na grande mina de cobre de Chuquicamata. Diz que isso mudou radicalmente toda a sua vida. A partir daí, ele se lançou numa série de iniciativas de compromisso com os pobres e as vítimas da sociedade. Nem todos escrevem a sua vida e a sua experiência. Mas acredito que o testemunho do Pe. Aldunate permite entender a experiência de milhares de religiosos e religiosas. Eles e elas viveram uma ruptura e entenderam a vida religiosa de outra maneira. A novidade não estava nos textos. Estava numa experiência de vida radicalmente nova que levava a examinar a vida religiosa de modo diferente. O que era essa experiência: era passar do nível dos votos ao nível da caridade, do amor, que o padre Aldunate descobriu vivendo entre os mineiros de Chuquicamata. Manifestou-se claramente o desafio da vida religiosa hoje em dia: como ser cristão, ou seja, viver a caridade?

Estas novas experiências criaram conflitos internos em cada instituto, quase todos. Por um lado havia os religiosos ou as religiosas que estavam fazendo uma experiência de inserção real, material, no mundo popular. Por outro lado havia uma grande parte dos membros do instituto que não queriam adotar essa linha. As novas experiências podiam invocar Medellín e uma interpretação de Vaticano II à luz de Medellín. Os outros estavam apegados à continuidade da vida do seu instituto.

Houve reuniões e assembleias de "*aggiornamento*" em todos os institutos religiosos. Mas essas reuniões somente corrigiram alguns aspectos secundários. Nunca puderam ou quiseram tocar na estrutura do instituto, menos ainda na estrutura canônica da chamada vida religiosa. Teoricamente todos aceitavam entrar na perspectiva de Medellín. Mas a maior parte queria ficar no discurso e somente uma minoria queria aplicar o discurso na realidade. Sucedeu o que sucedeu no conjunto da Igreja. No novo direito canônico ou no novo catecismo: o discurso introduziu um certo vocabulário conciliar, mas a realidade continuou sendo rigorosamente a mesma. Assim como o novo catecismo nada tem de novo e o novo direito canônico nada tem de novo, os *aggiornamentos* dos institutos religiosos não trouxeram nada de radicalmente novo, nem levaram em conta as experiências dos seus membros.

Depois de 30 anos e mais, este conflito nunca superado provocou um desgaste grande. Já que a estrutura não mudou, as novas gerações foram preparadas e formadas na estrutura tradicional com um dis-

¹. *Un peregrino cuenta su historia*, ed. Ignacianas, Santiago de Chile, 2003.

curso conciliar. Os jovens aprenderam que o Concílio era um novo discurso e mais nada. A realidade continuava sendo pré-conciliar. Daí uma ruptura de continuidade. Os religiosos e religiosas que estavam inseridos no mundo popular não se multiplicaram porque a formação não foi feita a partir deles ou delas. Nos poucos casos em que os inseridos puderam orientar a formação, criaram novos conflitos porque um dia os jovens descobriram que o instituto não era o que se lhes tinha dito.

Os religiosos e religiosas que fizeram experiências de presença material no mundo popular descobriram que o seu modo de vida exigia reformas estruturais e que as suas opções pessoais nunca seriam aceitas pelos institutos no seu conjunto, mas apenas toleradas, se não houvesse reformas estruturais. Isto ainda permanece como desafio a ser assumido.

6. Presente e futuro

Hoje em dia a geração de Medellín e da CLAR já está chegando a uma idade avançada. Daqui a 20 anos ela terá desaparecido. Não parece que depois dela haverá continuidade. Ora, essa geração se dava a impressão e dava a muitos a impressão de ter solucionado o problema da vida religiosa: estava inserida na vida da humanidade e estava centrada na caridade. Era um testemunho do amor de Deus num mundo que estava à espera da sua libertação. Os religiosos e as religiosas tinham descoberto uma maneira de revitalizar a sua vida religiosa, dando-lhe de novo um sentido. Ora, essa inserção no mundo dos pobres estava ligada à esperança de uma verdadeira libertação dos oprimidos. Hoje em dia é preciso rever o sentido da presença no meio dos pobres.

No entanto, hoje em dia sabemos que a libertação dos pobres será muito mais lenta, muito mais misteriosa, do que se pensava naquele tempo. A libertação está mais longe do que nunca. As estruturas de dominação são muito mais fortes e os pobres tornaram-se os excluídos. Além disso os pobres já não estão mais lutando pela sua libertação. Estão sendo manipulados pela sociedade de consumo. Buscam remédios ou consolos imediatos. Além disso, estão sentindo a sua incapacidade. Estão aprendendo toda a pobreza da pobreza. Há 25 anos atrás se podia escrever sobre a força dos pobres. O que está mais patente hoje em dia é a fraqueza dos pobres. Basta ver a atitude dos pobres hoje em dia: uma passividade quase completa, muito mais profunda do que há uma geração. Por conseguinte, os movimentos de libertação deixaram de fornecer aos religiosos e religiosas uma nova razão de ser. O desafio dos pobres está aí, mais desafiante do que nunca, mas também mais tenebroso do que nunca. As Igrejas abandonaram os pobres e se entregaram às novas elites do poder: buscam uma salvação no *marketing*. Todos, leigos e religiosos, enfrentam a tentação de passar ao lado dos pobres sem olhar, como na parábola do samaritano. Os pobres entram no discurso, mas não vão além disso.

O que se pensava ser a solução, foi um episódio altamente significativo e que terá que ser considerado doravante, sempre. Mas não é uma solução para a época histórica em que entramos. Então voltamos ao problema básico da vida religiosa. O problema está aí. O que se pensava ser solução, não foi e então o problema é mais agudo do que nunca.

Os institutos existentes são o produto de uma história que é uma história de cristandade. Nasceram num período histórico de cristandade, numa sociedade que somente sobrevive em segmentos laterais ao lado da história. Isto quer dizer que muitos aspectos são apenas formas históricas transitórias e hoje em dia obsoletas.

Precisamos voltar às origens anteriores à sociedade de cristandade. Os institutos mais antigos são aqueles que oferecerão mais probabilidade de renovação porque dependem menos do contexto de cristandade em que nasceram. Os institutos recentes são mais frágeis porque não têm raízes na história anterior à cristandade e são muito mais dependentes de uma época.

Em vista do futuro, podemos lembrar alguns princípios. O primeiro é que, a vida religiosa no sentido canônico, não é uma criação cristã, não é algo específico do cristianismo. Houve e há monges e monjas em outras religiões. Em si, é um fenômeno independente do cristianismo e que tem suas estruturas próprias independentes do cristianismo.

Um segundo princípio é que a vida religiosa não aparece no Novo Testamento. Não há nada semelhante à comunidade de Qumrân e Jesus nunca pensou em grupos ou comunidades de pessoas separadas das outras e consideradas como mais religiosas. O que se chama de vocação religiosa vem de outras fontes, mas não vem do evangelho. Porque os apelos do evangelho são iguais para todos. Jesus não criou categorias. Os religiosos cristãos são os que transformam a vida religiosa comum para integrá-la no cristianismo. Não é evidente que os religiosos sejam cristãos. Precisam adaptar a sua opção de vida ao cristi-

anismo: por exemplo tudo subordinar à caridade. Os monges budistas não fazem essa integração de tudo no amor e o amor não é o seu princípio fundador. Ora, se examinamos as conferências de Cassiano que referem à vida dos monges do Oriente, sobretudo do Egito, também o centro não é o amor. Subsistia o desafio: como um monge pode praticar o amor? Os monges cristãos precisaram transformar mais o modelo monástico e as gerações seguintes foram corrigindo esse modelo de vida a partir da prioridade do amor. Porém, este é um desafio permanente. A vida dita religiosa não é por si mesma vida de amor. Ela precisa ser integrada dentro do amor e orientada por ele, o que não se faz espontaneamente.

Ao lado desses princípios constatamos um fato: muitos jovens escolhem uma vida de serviço independentemente de denominações religiosas, inclusive muitas vezes sem referência religiosa explícita. A vida religiosa nasce ou renasce de modo informal, não institucionalizado. Quando uma forma de vida religiosa se institucionaliza parece um imenso desafio. Este é o desafio da atualidade. Ao lado disso vários institutos praticam diversas formas de propaganda vocacional como empresas que recrutam pessoal. Estas campanhas vocacionais se referem a um mundo comercial: faz-se a publicidade para atrair pessoas como promessas de satisfações pessoais.

Quando um instituto está já nessa necessidade, pode-se dizer que perdeu a sua razão de ser. Esta já não resplandece. Uma vocação religiosa é algo muito livre e pessoal. Se não for por uma vocação pessoal profunda, não terá raízes e vai criar uma infinidade de problemas que vão perturbar a

vida das comunidades. Fazer a propaganda é querer substituir Deus. Se Deus chama, esta pessoa achará o lugar onde realizará sua missão. Querer atrair é inaceitável. O próprio S. Bento ensina que é preciso ser muito seguro da vocação de uma pessoa. Em lugar de atrair, convém desestimular para ver se a vocação é séria e profunda. Em lugar de facilitar, precisa dificultar. Se se diz que com isso não haverá mais vocações, está errado. Pode ser que não haja mais vocações para tal forma histórica de vida religiosa. Mas a experiência mostra que há muitos jovens interessados numa vida dedicada a Deus – com ou sem esse nome.

7. Princípios teológicos

A. Um primeiro princípio é que cristianismo e vida religiosa pertencem a duas ordens distintas. Podem coincidir na mesma pessoa, mas não necessariamente.

Com efeito, a vida religiosa existe de modo semelhante em outras religiões. A vida religiosa em si não é um fenômeno típico ou exclusivo do cristianismo. Há monges não cristãos e monges cristãos.

A vocação cristã e a vocação religiosa pertencem a duas ordens distintas. A vocação cristã procede de Jesus por intermédio da comunidade dos cristãos. Uma pessoa é chamada por um cristão ou uma comunidade cristã, representando a Igreja toda, o povo de Deus. Jesus chama por meio do povo de Deus.

A vocação religiosa não procede do povo de Deus. Não é o povo de Deus que chama alguém para ser religioso.

Também não existe nenhum apelo direto, específico de Cristo para que uma pessoa se torne religiosa. Não existe nenhum apelo direto, como místico ou de comuni-

cação direta entre Jesus e o religioso. O religioso poderá sentir essa vocação religiosa como um apelo direto e imediato de Jesus, mas é apenas um fato subjetivo que vem da coincidência entre a sua condição de cristão e a sua vocação religiosa. Um muçulmano ou um budista poderá também pensar que sente um apelo pessoal de Deus. Ele tem razão no sentido de que Deus está na origem de tudo o que está na vida humana, dos dons e tendências. Se uma pessoa sente a necessidade de dedicar sua vida a Deus, isto vem em última instância de Deus, mas procede diretamente da estrutura da personalidade.

Por isso, a cultura influi muito. Numa cultura essencialmente religiosa como na cristandade, haverá muitos jovens inclinados para a vida religiosa. Em outra cultura, o número diminui e pode ser reduzido a zero, como acontece na Europa atualmente. Além disso há muitas pessoas que sentem mais ou menos 50% de inclinação para a vida religiosa. Se um religioso ou qualquer pessoa bem intencionada insiste, ela consegue convencer o jovem de que tem vocação. Se um instituto é muito forte, muito fechado, ele sustenta essa vocação. Uma vez que a instituição perde força, de repente muitos sentem que não tinham vocação. Em tudo isso Deus está presente e Deus dará mais vocações numa cristandade do que na pós-cristandade. Ele faz isso por meio da cultura.

Quanto à vocação sacerdotal, ela vem da comunidade cristã, da Igreja. A Igreja chama e ninguém tem o direito de dizer que está chamado por Deus diretamente. Os ministérios são conferidos pela Igreja.

B. Não há no Novo Testamento duas vocações. Na Idade Média se pensou assim e foi

doutrina comum. Dizia-se que Jesus tinha chamado a grande maioria para uma vida cristã mais fácil, que consistiria em seguir a lei. E Jesus teria reservado uma vocação superior e mais exigente para alguns que não seguiriam apenas a lei, mas também os conselhos, chamados, por isso evangélicos.

Essa doutrina dos conselhos evangélicos não tem fundamento. O celibato não é um conselho dado por Jesus: Jesus constatou um fato, mas não apela ninguém, nem sequer os apóstolos para isso. Não há conselho de pobreza. O jovem rico não recebeu uma vocação religiosa mas uma vocação cristã. Ele quer ser perfeito. Para Jesus ser perfeito é ser discípulo, ou para expressar a idéia na nossa linguagem, é ser cristão. Todos os cristãos são chamados à perfeição e o amor aos pobres é exigência para todos. Muito menos, aparece uma vocação para a obediência a uma regra ou a um superior. Não há nenhuma menção daquilo no Novo Testamento.

A vida religiosa não constitui uma maior santidade, como se fosse um estado superior de santidade. Assim foi ensinado durante séculos, mas sem fundamento, a não ser o fundamento cultural da cristandade. Pois a perfeição, com o diz S. Paulo está na caridade. Todo o resto é secundário e pode ser inútil.

“Ainda que eu tivesse o dom de profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência, ainda que tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tivesse a caridade, eu nada seria. Ainda que eu distribuisse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse a caridade, isso nada me adiantaria” (1Cor 13,2-3).

Hoje em dia diríamos: “ainda que fizés-

se os votos de castidade, pobreza e obediência e os praticasse perfeitamente, se não tivesse a caridade, eu não seria nada”.

Nem sequer podemos dizer que os votos são meios para praticar melhor a caridade, ou que constituem uma predisposição, ou uma maior garantia. Esta doutrina não tem fundamento nem na Bíblia nem na história. Não se vê porque o celibato seria um meio para praticar melhor a caridade. Jesus não diz nada disso e S. Paulo recomenda o celibato por razões que não são da caridade. A experiência mostra que o celibato pode ser vivido com caridade ou sem caridade. Não há nenhum laço entre os dois, como o mostra também o exemplo das outras religiões que têm monges e religiosos mas não valorizam a caridade. Também não se vê porque a pobreza facilitaria a caridade. Jesus convida para dar os bens para ajudar os pobres, não para entrar num estado de pobreza. Há muitos pobres que não praticam a caridade. Quanto à obediência é obvio que não é meio de praticar a caridade. Muitas vezes a obediência serve como pretexto para não praticar a caridade, como aconteceu na parábola do samaritano.

Então a vida religiosa vem de outra fonte. Vem do Deus criador. Vem de Deus por intermédio da natureza da pessoa. As pessoas humanas são diversas, têm diversos dons, inclinações, atrações. Alguns têm mais talento para uma arte, outros para a medicina e os cuidados dos doentes, outros pelos negócios, outros pelo esporte e pela força física, outros pela religião e pela mística. O sentimento religioso não é igual em todos os indivíduos. Pode-se pensar que quase todos têm uma certa sensibilidade religiosa, assim como quase todos têm uma certa sensibilidade musical. Mas há pessoas,

minorias, que têm esse dom de maneira muito mais intensa. Quem tem semelhante dom tende a dedicar a vida a esse dom, cede a essa atração. Em todas as religiões, há pessoas mais religiosas, mais dedicadas à religião. Não é coisa dos cristãos. Entre os cristãos se acha a mesma diversidade como em todas as sociedades humanas. A maior ou menor sensibilidade religiosa é independente da santidade. Pode-se ter uma maior santidade com uma menor sensibilidade religiosa e inversamente.

O que manifesta uma vocação religiosa é uma atração natural, uma fascinação pela religião, fascinação por Deus, que não é comum a todos. Esta fascinação por Deus não é a caridade, e ela existe em todas as religiões. Então, a vocação religiosa procede da inclinação pessoal para Deus, mas isto é diferente da caridade e não mostra de modo algum uma graduação na santidade. A pessoa mais religiosa nem por isso é mais santa. Trata-se de maneiras diferentes de ser e conseqüentemente de situações diferentes em que se deve praticar a caridade. Cada um é chamado a viver a caridade dentro das suas qualidades e com todas essas qualidades. Mas essa condição não se refere a um apelo direto de Jesus. A vocação para a perfeição é a vocação cristã dirigida a todos. Entre os cristãos alguns são fascinados pela religião, mas isto não os coloca numa posição de superioridade. Esse dom de religião corresponde a um carisma pessoal. Os carismas são modelados pelos dons naturais, são os dons naturais assumidos dentro do cristianismo, a serviço da caridade. Os carismas não são santidade. Eles são benefícios dados aos seus receptores, embora possam exigir muitos sacrifícios, mas eles se tornam cristãos quando estão a

serviço da caridade. O sinal da presença dos carismas são os dons naturais.

A história confirma. Os primeiros monges apareceram independentemente da Igreja. Não se sabe como, mas se sabe que não derivam da comunidade cristã. São pessoas que sentiram em si uma tendência irresistível para buscar Deus no deserto. Uma vocação religiosa é algo irresistível, é uma inclinação tão forte que não se pode resistir. Assim acontece em todas as religiões. Ora, a vocação cristã não é um fenômeno irresistível. Ela exige uma resposta de inteligência e vontade, uma conversão da vida. Ela é resposta a um apelo que vem de fora. O apelo para a vida religiosa vem de dentro. Ninguém pode infundir um carisma a outro. Não se pode forçar ou mesmo influenciar: o apelo é interior e ele existe ou não existe.

Por isso, no cristianismo o problema é: como os religiosos podem ser cristãos? Como vão orientar a sua vida religiosa para subordiná-la à caridade? Este problema não é fácil. O exemplo dos primeiros monges mostra que a unidade não foi tão fácil. Não se pode pensar que pelo fato de professar os votos, já uma pessoa é cristã. O critério é a caridade e a caridade não é óbvia para ninguém.

De certo modo a história da vida religiosa é também uma história de como conciliar a vida religiosa com a caridade. Daí a distinção entre duas perguntas: 1. o que é a vida religiosa? 2. como se relaciona a vida religiosa com a vida cristã?

O exemplo dos religiosos que se converteram aos pobres nas décadas dos 60 e 70, por exemplo, o exemplo de padre Aldunate, mostra isso claramente. Num momento da sua vida religiosa, descobriram os pobres e

descobriram o que é a caridade. Eram ótimos religiosos, mas ainda não tinham realmente descoberto a caridade.

Então vamos examinar sucessivamente as duas questões: o que é a vida religiosa? Como um religioso pode ser cristão hoje em dia?

8. A vida religiosa

S. Bento define o monge da seguinte maneira: é aquele que vem buscar a Deus, vem para buscar Deus, para dedicar sua vida a essa procura. "Quaerere Deum". Antes de aceitar um candidato, o abade deve ter a certeza de que o candidato vem realmente para buscar a Deus e não é movido por outros motivos. A procura de Deus é uma vida inteira. Não é assim como se o jovem novício pudesse descobrir Deus no primeiro dia do noviciado. Chegará ao final de vida e verá quanto lhe falta ainda para alcançar esse conhecimento e esse convívio com Deus.

Há uma teoria elaborada dessa busca de Deus: chama-se teologia ascética e mística. São meios religiosos não exclusivos dos cristãos, mas semelhantes aos que se praticam em outras religiões. Por isso, hoje em dia, os religiosos podem aprender muito dos métodos praticados em outras religiões para buscar a Deus, assim como poderiam transmitir muito da sua longa experiência aos religiosos de outras religiões, se tivessem mais contato.

Há a parte ascética que conduz o religioso a desprender-se de todas as preocupações que não sejam o próprio Deus, a ficar disponível e aberto diante de Deus. A outra parte, a mística, mostra como pela oração se pode chegar a um conhecimento progressivo de Deus que se faz por um despojamento progressivo de todo o aparelho

cognoscitivo habitual para alcançar um certo contato com Deus além dos conhecimentos puramente intelectuais. A forma como descrevem a sua experiência varia de acordo com a sua religião, mas o movimento é o mesmo.

Houve na história uma multidão de pessoas que buscaram a Deus dessa maneira. Cada uma de acordo com o seu estilo próprio, porque todas as pessoas são únicas.

Muitas nunca pensaram em fundar um instituto, nem em reunir discípulos. Foram pessoas muito pobres vivendo em Deus e de Deus, fonte de paz e comunhão para o povo. Podemos presumir que esses religiosos informais foram mais numerosos do que os formais.

Alguns, estando em circunstâncias privilegiadas, por exemplo, porque ocupavam uma posição social ou tinham recebido uma educação que os preparava para dirigir uma instituição, ou porque tinham dons de liderança, fundaram os vários institutos religiosos que existiram ou ainda existem. Não podemos reduzir a vida religiosa aos institutos oficialmente reconhecidos apesar da importância social destes. Houve e ainda há muitos cristãos que viveram no celibato, na pobreza, dedicados à oração e ao serviço ao próximo sem terem sido nunca membros de um instituto.

Na atualidade, os religiosos terão um papel fundamental que consiste em propor uma espiritualidade autêntica. Estamos assistindo ao aparecimento de inúmeras espiritualidades baratas, que excitam a sensibilidade popular, mas desviam os cristãos da verdadeira espiritualidade. Os religiosos podem lembrar aos contemporâneos que Deus não se encontra por meio de emoções superficiais, que a busca de Deus para co-

nhecer e amar o verdadeiro Deus é uma ascensão perseverante. A tentação carismática recorre aos métodos do *marketing* como se Deus se pudesse comprar assim de um momento para outro por meio de experiências falsamente espirituais. Hoje em dia fabricam um Deus barato, de aquisição fácil, mas sem consistência que é apenas o reflexo da sensibilidade religiosa.

Hoje em dia como buscar a Deus? Eis o desafio fundamental. Já dissemos que estamos assistindo a uma mudança religiosa radical. As palavras, os títulos tradicionais já não convencem, mas suscitam muitas dúvidas. Ora, o verdadeiro Deus é outro, é diferente de todos os discursos tradicionais. Por isso, podemos presumir que a busca de Deus não fica afetada pela crise cultural, mas ela deve prescindir das teologias antigas (anteriores a 1970) que sabem demais sobre Deus, mas falam de um ídolo e não do verdadeiro Deus. A própria palavra "Deus" está muito comprometida pelas suas origens greco-romanas. Ela não diz mais nada aos que realmente buscam a Deus, buscam o fundamento, a totalidade, o início e o fim de tudo. Precisamos inventar outro linguajar se queremos chamar a atenção dos contemporâneos. Precisamos inventar sobretudo um novo silêncio porque o verdadeiro Deus não tem nome. Voltaremos aos místicos que justamente ensinaram a falar de Deus além de todas as palavras e de todos os títulos.

Os movimentos espirituais do século XX destacaram elementos básicos. Por exemplo, que Deus está no outro. O outro desconcerta, desestabiliza e por isso em geral os seres humanos não querem saber do outro. Na alteridade está uma manifestação de Deus.

Que Deus está nos pobres, ou seja, na

convivência com os pobres porque os pobres são por excelência os outros: incomodam, questionam, deixam sem resposta, desequilibram todo o pensamento. Não se trata da pobreza em si, que a pobreza pode ser o fato dos filósofos cínicos nos tempos do Império Romano. Trata-se da convivência com os pobres, que obriga a um despojamento de toda pretensão porque sua presença desfaz todas as certezas e destrói todas as seguranças.

9. Vida religiosa e institutos

Como já disse, é preciso fazer uma distinção clara entre a vida religiosa e os institutos religiosos. Estes pretendem estimular e orientar a vida religiosa dos seus membros. Mas não é evidente que o estejam fazendo. É bem conhecido que a primeira geração, aquela dos fundadores, é única. Desde a segunda geração começa a funcionar a organização do instituto e entram as leis da sociologia. Outras forças começam a perturbar a experiência fundante. A mesma coisa aconteceu com o próprio Jesus. Na segunda geração já se formou uma Igreja já diferente daquilo que Jesus tinha vivido. Foi o que provocou durante 20 séculos tantos movimentos para retornar ao verdadeiro Jesus.

A partir da segunda geração, a evolução do instituto obedece necessariamente as leis de qualquer instituição humana. Na Igreja, não gostam de submeter-se aos critérios das ciências humanas. Achem que os institutos religiosos, como o próprio clero, porque têm pretensão religiosa, escapam às leis de toda instituição. Achem que basta invocar nomes religiosos para que a instituição religiosa seja diferente das outras. Pura ilusão! Como instituição, funciona como as outras.

Progressivamente o instituto tende a tornar-se a sua prioridade. Os membros estão chamados a integrar o desenvolvimento do instituto. Logo mais, vem a tentação do poder: econômico, cultural, social e mesmo político. Tudo isso é bem conhecido mas a hierarquia se nega terminantemente a ser julgada como todas as instituições humanas. Como se o fato de fazer um discurso religioso bastasse para colocar-se já no plano de Deus, acima das condições terrestres.

A rotina, os hábitos, os costumes, a adaptação a uma certa mediocridade penetram em todos os institutos. Se não se faz periodicamente uma reforma, a burocracia continua aumentando. A pobreza deixa de ser pobreza, a obediência torna-se administrativa e o celibato aparece como um grande sacrifício oferecido a Deus e que merece muitas compensações em lugar de ser uma maior liberdade.

Precisamos decidir o que buscamos. Queremos salvar a vida religiosa ou salvar os institutos? Buscar a expressão nova da vida religiosa ou procurar a sobrevivência do instituto no meio das mudanças dos tempos? Não é a mesma coisa.

Hoje em dia muitos jovens buscam uma espiritualidade fora das instituições católicas. Por que será? Não se pode negar que haja entre os religiosos grupos que vivem uma nova espiritualidade dentro da cultura contemporânea. Não se trata de adaptações ao modo de viver capitalista, mas de verdadeiras criações de expressões novas de buscar a Deus. No entanto a impressão que oferece a vida religiosa no seu conjunto, é de muito formalismo nas tradições anteriores. Ou de adaptações às novas modas religiosas, mas que não oferecem um cami-

nho de ascensão espiritual para buscar a Deus de maneira convincente, para mentalidades que já não respeitam mais as formas tradicionais, nem veneram o passado por ser passado. Há uma falta de espiritualidades capazes de competir com as novas espiritualidades que conquistam o mundo religioso.

10. Vida religiosa e caridade

Existe no povo o preconceito de que basta ser religioso para se salvar. Essa impressão também pode existir nos próprios religiosos. Ora, somente a caridade salva, porque a caridade já é a salvação. Quem pratica a caridade já está na salvação, já está na vida eterna.

A caridade não é evidente para os religiosos. Acontece facilmente que o instituto seja ele mesmo a prioridade e tudo fazem de acordo com o bem do instituto. Ou então cultivam as suas próprias virtudes. O desafio atual é: como viver o amor na vida religiosa hoje em dia, dada a sociedade em que estamos?

A caridade é graça e não se pode construir ou fabricar artificialmente. Ela é criação de cada pessoa. Mas um jovem religioso deve saber que vai ter que fazer a sua vida de caridade. Não basta ser religioso. Ser religioso é uma resposta a uma aspiração pessoal. Depois disso vem o apelo de Jesus para amar. Entre os critérios de admissão está com certeza a capacidade de amar. Alguns podem buscar no mosteiro justamente um refúgio para não ter que enfrentar a vida humana normal e, vêm ao convento, não para amar e sim para poder não amar.

A vida religiosa corresponde a um carisma, mas nenhum carisma salva. Um

bispo não se salva por ser bispo, um apóstolo não salva pelo apostolado, um teólogo não se salva por ser teólogo e um religioso não se salva porque observa as regras.

O desafio é grande e a resposta urgente. Estamos numa sociedade ultra-individualista em que a promoção do indivíduo é o único valor reconhecido. O amor desapareceu da ideologia social dominante. Mesmo no sexo haverá paixão, desejo, gozo, mas amor é algo desconhecido. Isto não quer dizer que não existe mais amor. Mas ele não está na linha da cultura dominante. Amar é navegar contra a correnteza. Quem ama deve de certo modo pedir desculpa por ser tão antiquado. Esta é a ideologia dominante. Tudo é organizado para que todos tenham que lutar contra todos. Não há mais solidariedade no trabalho, porque cada um é ameaçado e deve lutar para que outros sejam eliminados. Não há solidariedade na comunidade, porque não se pode perder tempo a serviço da comunidade, já que é preciso estudar, aprender para competir melhor. E assim por diante.

Este espírito individualista e de competição entrou também na Igreja. Com a entrada do *marketing* católico, o individualismo e o consumo religioso já entraram na oficialidade. Cada um é estimulado a consumir o maior número de atos religiosos e o religioso é um consumidor de bens religiosos. Vale pela quantidade de atos religiosos que realiza. O amor desapareceu das perspectivas. Precisa fazer tal quantidade de atos religiosos. O comércio religioso multiplica os atrativos para que consumidor esteja feliz consumindo os seus bens religiosos.

O grande desafio é esse contexto individualista. Precisamos reinventar o amor.

Claro está que numa sociedade infinitamente diversa e complexa, haverá uma grande diversidade de expressões de amor e cada um de nós ocupa somente porção minúscula dessa sociedade. Por isso haverá uma imensa criatividade de trabalhos e serviços múltiplos e diversos.

Uma instituição não ama. Um instituto religioso não ama. Somente pessoas podem amar. Mas uma instituição pode ser exigente e querer dominar a vida dos seus membros de tal modo que tudo esteja a serviço da instituição e não sobra nenhuma energia para amar, ou seja, para servir o próximo na sua necessidade. Nem sequer se toma conhecimento dessa necessidade. Este é o grande desafio dos institutos no mundo atual: formar para amar.

Na época da cristandade, em que o valor religioso era o valor supremo, a experiência de Deus se fazia na grandeza da instituição: a grandeza e a beleza das igrejas, dos mosteiros, dos conventos e outros monumentos religiosos, a grandeza e a riqueza das liturgias e da hierarquia. Tudo o que era grandeza era imagem e revelação de Deus e despertava um sentimento religioso. A grandeza material podia facilmente esquecer o principal. Por isso S. Francisco não queria aceitar nenhuma das regras religiosas que havia no seu tempo: nelas a grandeza da instituição prevalecia e mantinha a ilusão de que nessa grandeza estava o verdadeiro culto a Deus. Esta época está passando embora alguns ainda mantenham a ilusão.

Milhões de turistas visitam a Basílica de S. Pedro em Roma. Quantos têm nisso uma experiência de Deus? Quase ninguém. Não se nota nenhuma emoção religiosa, mas apenas uma emoção estética diante de uma obra de

arte. A mesma coisa na Capela Sixtina e nos monumentos religiosos. A mesma coisa nos monumentos da vida religiosa.

Hoje em dia não se faz a experiência de Deus na grandeza das instituições, no poder dos institutos ou na beleza dos monumentos. Muito pelo contrário. Aquilo desperta suspeitas.

Os institutos devem ter uma presença discreta porque estão a serviço da vocação dos seus membros. Devem buscar a prioridade da caridade acima de todos os atos que formam parte da vida religiosa. A religião não é virtude teológica e sim a caridade.

Não se pode querer que todos os jovens que se sentem implicados em compromissos de caridade, entrem na vida religiosa. Ser capaz de amar não quer dizer carisma religioso. Pode amar muito e não ter muito gosto pela vida religiosa, pela oração, pela busca de Deus no sentido religioso. Ser cristão perfeito é uma coisa e ser religioso é outra coisa. Jesus exige a perfeição de todos os seus discípulos e a perfeição está no amor.

Homens e mulheres à procura de Deus, procurando uma vida que chamamos de religiosa, nunca vão faltar. Mas há dois problemas em suspenso. Eles vão achar no cristianismo um caminho para realizar essa busca de Deus? Isto quer dizer: a Igreja atual é capaz de mostrar caminhos de espiritualidade inspirados em Jesus? A segunda pergunta é: os institutos oferecem um caminho espiritual aos que buscam a Deus, ou provocam uma rejeição, porque os que buscam a Deus não acham neles o que estavam procurando?

As respostas não são evidentes. A impressão que a gente tem, é que não se toma o desafio com a suficiente seriedade. A van-

tagem dos movimentos integristas é que levam tudo muito a sério. Mantêm uma espiritualidade forte, exigências difíceis, e por isso convencem. Querem prolongar um passado que está agonizando, mas no momento eles triunfam.

O que acontece com os outros? Depois de Vaticano II, todas as instituições católicas tiveram que adaptar o seu discurso em função dos textos conciliares. No entanto, muitas mudanças se limitaram ao discurso. Tem-se a impressão de que isso aconteceu também de alguma maneira em várias instituições religiosas.

Por outro lado, sob o pretexto do *aggiornamento*, houve uma tendência muito forte para atenuar as exigências, para introduzir sub-repticiamente comodidades e facilidades de vida que caracterizam o estilo de vida da burguesia. Muita complacência pelo corpo, dificuldade para agüentar sofrimentos, cansaço, provações psicológicas. De repente aparecem: a necessidade de descanso, de repouso, de férias, de pausas no trabalho, a limitação das atividades, a necessidade de mais distrações. Tudo isso se justifica a partir de razões inspiradas no estilo de vida burguês.

Surge a pergunta: as mudanças foram no sentido de aumentar a exigência do amor? As mudanças aumentaram a prática da caridade para com o povo sofredor? Às vezes, tem-se a impressão de que a capacidade de amar não se cultiva como outrora e que as exigências se tomaram muito mais tolerantes. O comodismo muitas vezes já começa nos anos de formação. O comodismo não vai facilitar a dedicação da pessoa ao amor.

Dois desafios estão diante dos institutos: 1. uma espiritualidade mais forte, mais personalizada e mais compreensível para

os nossos contemporâneos; 2. uma subordinação da vida religiosa ao amor plenamente vivido.

Quando se pensa nas campanhas vocacionais, às vezes voltam à memória as palavras de Jesus aos fariseus: "ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, que percorreis o mar e a terra para fazer um prosélito, mas, quando conseguis conquistá-lo, vós o tornais duas vezes mais dignos da geena do que vós!" (Mt 23,15). Recrutamento para quê? Para uma vida cômoda, sossegada, segura, protegida? Será para amar mais e mais radicalmente? Quais são os argumentos usados para convencer essa juventude? O que é que se lhes propõe? Como entendem a proposta?

Na América Latina houve uma geração, que agora está perto do fim. A lição estará perdida? As novas gerações não conheceram as circunstâncias daquele tempo. Não imaginam o que aconteceu nos anos 70. Não adianta olhar para o passado. Olhando para a humanidade de hoje, como amar? E como mostrar o amor aos que se sentem atraídos pelo religioso? Não há resposta intelectual. A teologia nunca inventa nada. Ela apenas comenta o que está acontecendo. A resposta estará na vida. Também, o problema não é a vida religiosa. O problema é o amor, a caridade.

Endereço do autor:
Rua Rosinaldo Santana, 900
58308-650 - Bayeux - PB

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

São muitas as perguntas que o autor faz ao longo do artigo. Sugerimos algumas para reflexão pessoal e debate em comunidade. Se preferir, escolha outras.

- 1- Será que os Institutos religiosos se apresentam aos jovens como caminhos para descobrir a Deus, para chegar à descoberta de Deus? Ou será que são apenas refúgios para aqueles que ficam apegados ao "Deus tradicional" e procuram uma segurança nesse Deus?
- 2- A Igreja atual é capaz de mostrar caminhos de espiritualidade inspirados em Jesus? E a Vida Religiosa?
- 3- As mudanças que hoje estão se fazendo na Vida Religiosa são feitas no sentido de aumentar as exigências do amor? Elas aumentaram a prática do amor para com o povo sofredor?

**“A caridade é graça
e não se pode construir ou fabricar
artificialmente.”**

Uma Espiritualidade para a Vida Ativa

LUÍS GONZÁLEZ-QUEVEDO, SJ

Introdução

Contra todas as previsões dos teólogos e sociólogos da secularização, hoje existe uma forte demanda de espiritualidade. O fenômeno ultrapassa a vida consagrada, mas acontece, também, dentro dela. Nas últimas décadas, o próprio conceito de “espiritualidade” mudou e se ampliou tanto que corremos o risco de que caiba tudo sob essa etiqueta de renovado prestígio.

Correndo o risco de simplificar, poderíamos dizer que, na vida religiosa anterior ao Concílio Vaticano II, a espiritualidade identificava-se com a “observância” das Regras ou Constituições da própria congregação. Espiritual era a religiosa ou o religioso que cumpria, com a maior perfeição possível, tudo o que estava prescrito.

Depois, veio o Concílio e o pós-Concílio; na América Latina, aconteceram Medellín e Puebla... e a nossa espiritualidade se transformou. O modelo, agora, passou a ser o religioso ou a religiosa alegre, com facilidade para fazer amigos, pessoa aberta aos outros e particularmente engajada na ação social. Espiritual seria quem dá apoio aos sem terra e aos sem teto, ao menor abandonado e à mulher marginalizada, ao aídético e ao dependente das drogas.

O esquema é simplificador, sem dúvida, mas aponta uma tendência: a nossa vida religiosa, hoje, preocupa-se menos com a “observância regular” e muito mais com a vida, com o amor fraterno e com a ação solidária em favor dos outros.

Neste contexto, a CRB Nacional, ao completar 50 anos de vida, pede-nos um artigo sobre como a tradição espiritual inciana poderia contribuir para o crescimento das religiosas e dos religiosos, na busca de uma “Espiritualidade integradora, como experiência de itinerância, vivida na dinâmica pascal”. Este último enunciado é bem conhecido de todos nós, como primeiro marco indicador da XIX Assembléia Geral da CRB (julho-2001).

Falar em “espiritualidade integradora” supõe rejeitar as análises simplistas, para buscar o que é mais característico e importante em toda autêntica espiritualidade, a unificação da vida, nas suas diversas dimensões: pessoal e comunitária, intelectual e afetiva, contemplativa e ativa, religiosa e político-social. O papa João Paulo II, na sua Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in America* (México, 22 de janeiro de 1999), recolhia do Sínodo das Américas algumas idéias fundamentais:

- o encontro com Jesus Cristo vivo leva à conversão permanente;
- a conversão conduz a uma vida nova; e, nesta vida nova,
- não deve haver separação entre fé e vida, mas integração, na resposta diária ao chamado universal à santidade (n. 26).

O Santo Padre continua lembrando que a conversão tem uma dimensão social: “a conversão ao Evangelho, para o Povo cristão que vive na América, significa rever todos os ambientes e dimensões da vida,

especialmente tudo o que diz respeito à ordem social e consecução do bem comum” (n. 27). E termina pedindo a todos os cristãos que vivem na América que assumam “a autêntica espiritualidade cristã”, entendendo por espiritualidade, “não uma parte da vida, mas a vida inteira guiada pelo Espírito Santo” (n. 29).

Em síntese, a experiência espiritual que procuramos atinge todo o nosso ser: corpo, *psiche* e espírito, mente e coração, sensibilidade periférica e afetividade profunda..., em uma palavra, o nosso “eu” mais autêntico.¹

1. A busca e o encontro com Deus

Em primeiro lugar, a espiritualidade inaciana – como toda autêntica espiritualidade cristã – é um caminho de busca e de encontro com Deus neste mundo. Centralizada nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, espera-se que quem fizer estes, com a devida preparação e generosidade, saia deles com uma maior “familiaridade com Deus”. O nosso Deus é sempre Mistério maior, mas – da nossa parte – podemos nos sentir mais perto ou mais longe Dele. “Os Exercícios Espirituais conduzem à integração dos desejos do homem num só: a busca de Deus e o serviço do Reino”.²

A “Fórmula do Instituto”, Regra fundamental da Companhia de Jesus, apresenta a espiritualidade inaciana como *via quaedam ad Deum* (“um certo caminho para ir a Deus”). E recomenda: “procure ter sempre diante dos olhos, primeiramente,

te, a Deus”. Ter Deus sempre presente, como a mulher apaixonada acalenta no coração a imagem do homem que ama, como os pais não esquecem nunca o rosto do filhinho, que deu novo sentido às suas vidas!

A prioridade absoluta de toda vida religiosa é Deus! A espiritualidade de ontem e de hoje consiste em buscar o Seu Rosto: “Tua Face, Senhor, eu busco” (Sl 27,8). Este seria o primeiro ponto que a vida religiosa do Brasil precisa “re-fundar”, aprofundar ou, simplesmente, levar mais a sério. Sem isso, todo o resto vira enfeite, dinâmica grupal, ação beneficente ou *marketing* pastoral. Sem oração (isto é, sem encontro pessoal, consciente, com Deus), ao menos, sem o desejo de orar (que já é uma forma de oração), a vida religiosa não se sustenta.

A espiritualidade inaciana pode ajudar todos os religiosos e religiosas, de qualquer tradição espiritual, pelo fato de ter nascido e se desenvolvido como uma “escola de oração”, de busca e encontro com Deus, nos diversos campos de nossa atividade. Vale citar aqui o testemunho de Santa Teresa de Jesus, para quem a chegada dos primeiros jesuítas a Ávila trouxe paz de espírito e renovado desejo de intimidade com Deus.

Hoje, também, quem trabalha em centros de espiritualidade e casas de retiro constata um aumento na procura de métodos de oração, que ajudem a experimentar a presença de Deus nas diversas circunstâncias da vida. Os Exercícios Espirituais inacianos, em suas diversas modalidades,³

¹ Rosario Soveral, “Exercícios Espirituais e existência cristã – o desvelar da glória de Deus”, *Itaici*, n. 54 (dez. 2003), 6.

² Para os diversos tipos de Exercícios que se praticam, hoje, no Brasil, cf. Luis González-Quevedo, *Os Exercícios Espirituais no Brasil*, *Perspectiva Teológica*, 35 (2003), 239-252.

atraem cada vez mais religiosas, padres e leigos das mais variadas tradições espirituais, porque “para encontrar a Fonte só a sede nos guia”.⁴

É típico do final dos retiros o sentimento de alegria e o desejo de levar aos outros aquilo que experimentamos na experiência prolongada de oração silenciosa. É característico, também, do final dos Exercícios Espirituais, seguindo a metodologia inaciana, sair deles amando mais a própria tradição espiritual, reavivada pela experiência de encontro pessoal com o Senhor.

2. A escuta da palavra

Na busca de Deus, o religioso e a religiosa, o cristão e o ser humano de boa vontade, caminham sem uma estrada feita, guiados apenas pela esperança de ouvir “uma palavra nova, que nos possa salvar... e... mudar a existência”.⁵

Há diversas maneiras de se encontrar com Deus na vida e, particularmente, na oração. No interior de Sergipe, a dona Maria, mulher analfabeta e sábia, todo o dia, às 15 h, reza o “terço da misericórdia” com não menor devoção e proveito que o Sr. Cônego reza fielmente a Liturgia das Horas, sem esquecer de inclinar respeitosa-mente a cabeça, ao dizer “Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo”.

No entanto, não seria exato dizer que

todos os caminhos são iguais ou que todas as formas de oração são igualmente eficazes para encontrar a Deus. Nas Igrejas cristãs, há formas privilegiadas de oração, que se revelaram eficazes ao longo dos séculos. A nossa espiritualidade cristã é herdeira, em parte, do antigo povo de Israel. E Israel é, antes de mais nada, o povo da Palavra. Para os judeus, como para nós, cristãos, a Bíblia é mais do que um conjunto de livros. Ela é o testemunho material de um fato inaudito: que Deus (YHWH, o Deus de Israel) falou aos seres humanos.

O nosso Deus é Alguém que nos vê, nos ouve, nos conhece e nos ama, e quis nos falar, através dos profetas, dos apóstolos e dos evangelistas: “Muitas vezes e de muitas formas, Deus falou no passado a nossos pais... Finalmente, falou-nos por meio do seu Filho”, Jesus (Hb 1,1-2).

O Concílio Vaticano II recomendou a todos os clérigos e demais encarregados do ministério da Palavra, manter “contato íntimo com as Escrituras, mediante leitura assídua e estudo constante”, a fim de que nenhum deles se torne “por fora pregador vão da Palavra de Deus, sem a ouvir dentro de si mesmos” (DV 25). Não faltam, hoje, graças a Deus, bons cursos bíblicos e de introdução à *Lectio Divina*, inclusive com auxílio de material elaborado pela CRB.⁶

A espiritualidade inaciana é eminentemente

³ Canto de Taizé, baseado nos versos de um poeta espanhol: *De noche iremos, de noche./ Sin luna iremos, sin luna./ que para encontrar la fuente / solo la sed nos alumbr* (Luis Rosales, *Retablo de Navidad*).

⁴ *Una parola nuova che ci possa salvare... e che potrà, anche se per poco, cangiare l'esistenza* (Eugenio Montale, *Diário póstumo*. Rio de Janeiro: Record, 2000).

⁵ Cf. o programa de Leitura Orante da Bíblia, que se concretizou na coleção “Tua Palavra é Vida”. Rio-São Paulo, CRB-Loyola, 1990-1996, 7 vols. e um vol. final, sobre “A Bíblia na formação” (2000).

⁶ Citado por: José Ignacio González Faus, *¿Para qué la Iglesia?* (Cuadernos CJ, 121). Barcelona: Cristianisme I Justicia, 2003, 3.

mente bíblica. Seu iniciador não foi um grande exegeta, mas sim um apaixonado pela Palavra de Deus, desde o tempo de sua conversão, quando colocaram em suas mãos uma tradução castelhana da *Vita Christi*, do cartuxo Ludolfo de Saxônia. O “peregrino”, como se autodenomina Inácio, copiou em um caderno as palavras de Jesus com tinta vermelha, e as de Maria Santíssima, com tinta azul. Depois, praticou e ensinou diversos modos de orar, meditar e contemplar a Palavra de Deus. Três quartas partes dos Exercícios Espirituais consistem na contemplação dos “mistérios da vida de Cristo Nosso Senhor”.

Podemos concluir, citando um dos maiores teólogos da Companhia de Jesus: Todo ser humano é, potencialmente, “ouvinte da Palavra” (Karl Rahner).

3. Identificação com Jesus Cristo, humilde e pobre

Na leitura cristã das Sagradas Escrituras, tanto os textos do Antigo Testamento, como do Novo Testamento, conduzem em último termo a Jesus Cristo. Ele é o Centro, o Princípio e o Fim da vida cristã. O cristianismo não é um conjunto de verdades que devemos crer, nem uma série de normas éticas que devemos seguir. O cristianismo é a entrega a uma pessoa: Jesus de Nazaré, o Filho de Deus feito carne, morto e ressuscitado para a nossa salvação.

Com efeito, Jesus não é apenas o Revelador por excelência do Pai, mas o próprio centro da revelação cristã: “de fato, Deus amou o mundo a tal ponto que deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não morra, mas tenha vida eterna” (Jo 3,16). O novo programa de evangelização proposto pela CNBB, para o período 2003-

2006, tem como título: “Queremos ver Jesus: Caminho, Verdade e Vida”.

O caráter de Jesus como “único” mediador da salvação poderá criar dificuldades para o diálogo com as outras grandes religiões da humanidade. O Vaticano II nos ensinou, porém, que fora das Igrejas cristãs e até no ateísmo ou agnosticismo de boa vontade, é possível salvar-se... graças a Cristo. Esta e outras afirmações no mesmo sentido deram à Igreja, no seu conjunto, e particularmente aos religiosos e religiosas pós-conciliares, uma liberdade com sabor de novidade.

A liberdade, sobretudo quando descoberta repentinamente, costuma nos deixar em crise. A vida religiosa pós-conciliar não foi exceção. Nós, religiosos(as), comecemos a falar mais do que nunca dos pobres, enquanto afrouxávamos a “pobreza religiosa”. Uma nova maneira de falar da castidade no celibato resgatou os valores afetivos no interior das nossas comunidades, e muitos e muitas saíram da vida religiosa para realizar-se afetivamente fora dela. A obediência religiosa, finalmente, se humanizou, re-valorizando o diálogo e a co-responsabilidade. Os “superiores” deixaram de falar “em nome de Deus”, mas nunca foi tão difícil, como hoje, encontrar religiosos (as) que aceitem de bom grado desempenhar cargos de coordenação, no interior das comunidades. Estas mudaram: de instituições totais, passaram a ser pequenas comunidades de irmãos e irmãs, a quem o Senhor convocou para uma mesma missão.

O que sobrou da vida religiosa, tal como era entendida pela tradição?. O seguimento radical de Jesus! A teologia e a espiritualidade da vida religiosa, hoje, não se can-

sam de olhar para Jesus de Nazaré, o filho de Maria, o libertador da inteira humanidade. Conhecê-lo, amá-lo e segui-lo é questão de vida ou morte para a vida religiosa. A Instrução da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, aplicando para os consagrados a Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (2001), leva por título **Partir de Cristo: Um renovado compromisso da Vida Consagrada no Terceiro Milênio** (2002).

Os meios de comunicação, inclusive católicos, continuam falando da “crise da vida consagrada”. O Papa João Paulo II, no encontro com um grupo de bispos franceses, no dia 18 de dezembro p.p., tratou deste tema, citando estatísticas: “O número de religiosas diminui constantemente na América Latina, América do Norte, Europa e Oceania, enquanto aumenta na África e na Ásia”.

Sim, a nossa vida religiosa está em crise, como a Igreja e o mundo em que está inserida. Mas o próprio João Paulo II, na Exortação Apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata*, nos disse que o fracasso da Vida Consagrada “não está no declínio numérico”, mas na diminuição da adesão espiritual ao Senhor e à própria vocação e missão. “As dolorosas situações de crise impelem as pessoas consagradas a proclamarem, com firmeza, a sua fé na morte e ressurreição de Cristo, para se tomarem sinal visível da passagem da morte à vida” (VC, 63).

A espiritualidade inaciana acentua, fortemente, a centralidade da pessoa de Jesus. Inácio não abriu mão de que a Companhia de “padres reformados” que reunira levassem o nome de Jesus, nem os primeiros jesuítas aceitaram ser conhecidos por outro nome (“inhiguistas” ou “inacia-

nos”). O Jesus Cristo da espiritualidade inaciana é o Jesus Enviado do Pai que, por sua vez, nos chama (cf. o exercício do Reino, EE 91-99), nos reúne e nos envia em missão. O amor à pessoa de Jesus se expressa, de maneira radical, no “3º Grau de Humildade” ou de amor, no qual, para assemelhar-se mais, de fato, a Cristo Nosso Senhor, “quero e escolho mais pobreza com Cristo pobre do que riquezas” e prefiro “injúrias com Cristo injuriado do que honras” (EE 169).

4. Uma espiritualidade eclesial

Se – como desejaríamos – as Faculdades de Teologia incluíssem a teologia da vida consagrada nos seus programas, em que tratado teológico deveria ser incluída tal matéria? Sem dúvida, na eclesiologia. Foi assim que o Concílio Vaticano II incluiu na sua constituição dogmática sobre a Igreja (*Lumen gentium*) o capítulo VI, sobre “Os religiosos”, “dom divino que a Igreja recebeu do Senhor (...) para o bem de todo o corpo de Cristo” (LG 43). Assim como não podemos imaginar a Igreja sem o carisma dos conselhos evangélicos, muito menos se poderia entender a vida consagrada fora do horizonte eclesial.

Daí se segue que os religiosos e as religiosas precisam de uma forte espiritualidade eclesial. O Concílio nos ensinou que todos os membros da Igreja, e não apenas a sua hierarquia, constituem “o mistério da Igreja”. Esta é definida não mais como aquela “sociedade perfeita” dos nossos antigos catecismos, mas “como que sacramento, isto é, sinal e instrumento” de salvação para todos os seres humanos (LG 1,1).

A Igreja é “Povo de Deus”, “Corpo de Cristo” e “Templo do Espírito”. Os Padres

da Igreja ousavam dizer que “não pode ter Deus por pai, quem não aceita a Igreja como mãe”. Sem a comunidade dos discípulos, a quem Jesus confiou a sua obra, o próprio Jesus torna-se um sonho aéreo, um personagem fantástico, um artigo de consumo.

A Igreja, “santa e pecadora”, é herdeira, portadora e servidora da causa de Jesus, a salvação, a total libertação da humanidade.. “A essência da Igreja está na sua missão de serviço ao mundo – disse Dom Oscar Romero, em Lovaina, repetindo o ensinamento de Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*. A Igreja está no mundo para solidarizar-se com as esperanças e os gozos, com as angústias e as tristezas dos seres humanos”.⁷

A vida religiosa é essencialmente comunitária e eclesial. A Igreja precisa de religiosos(as) que sejam “peritos em comunhão”. O Senhor chama homens e mulheres de diversas circunstâncias, reúne-os(as) em torno de sua memória e, finalmente, envia-os(as) ao serviço da sua causa. Nas suas cartas escritas nas cadeias nazistas, um teólogo evangélico escreveu: “A Igreja só é a Igreja de Cristo se existe para o mundo e não para si” (Dietrich Bonhoeffer).⁸

As tensões e conflitos entre os religiosos(as) e os pastores da Igreja são tão comuns quanto as brigas entre irmãos, as tensões entre pais e filhos ou as discussões entre marido e mulher. Em 1978, as Sagradas Congregações para os Bispos e para os Religiosos publicaram a Instrução *Mutuae Relationes*, sobre as relações entre os Bispos e os religiosos na Igreja. Um dos pontos mais discutidos, tanto no Concílio Vaticano II quanto na

última reforma do Direito Canônico, foi o que diz respeito aos religiosos.

A Companhia de Jesus tem uma longa história de polêmicas e oposições, mas também aqui poderá prestar um grande serviço aos religiosos de todos os tempos pela sua tradição de fidelidade à Santa Sé. Desde os seus primórdios, ela está marcada pelo quarto voto de obediência especial ao Papa a respeito das missões. Dos quatro papas que conheceu, Santo Inácio só teve afinidade com um, Marcelo II, cujo pontificado foi brevíssimo. O último, Paulo IV, era um conhecido desafeto de Inácio. No entanto, o último documento dos Exercícios Espirituais quer sensibilizar o exercitante para que saiba “sentir com a Igreja”.

Sentir com a Igreja será fundamental para todos os religiosos e religiosas. O próprio testemunho profético que se espera deles deverá ser dado, sempre, a partir de dentro da Igreja, sem deixar-se contagiar pela atitude de crítica externa, tão freqüente, hoje, na mídia.

5. Em diálogo com o mundo de hoje

Nascida para servir o mundo, a Igreja vive sempre em certa tensão com este mundo. Jesus nos disse que estamos “no mundo”, mas não somos “do mundo” (Jo 15,19). O evangelista São João usa aqui um conceito negativo de “mundo”. Outro sentido mais positivo foi usado pelo Concílio Vaticano II, na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje.

Quanto à vida religiosa, em particular, o problema se radicaliza. Com efeito, é pró-

7 Dietrich Bonhoeffer, citado por González Faus, loc. cit., 4.

8 Cf. *Código de Direito Canônico*, c. 607, § 3º.

prio da definição jurídica dos institutos religiosos uma certa "separação do mundo", de acordo com a índole e a finalidade de cada instituto.⁹ Aqui reside um dos elementos distintivos dos institutos religiosos e dos institutos seculares. Estes últimos atuam no mundo, empregando os meios do mundo. Por exemplo, o leigo consagrado poderá participar, legitimamente, das lutas sindicais, da política partidária, dos negócios comerciais, da Bolsa e da Banca, do mundo dos espetáculos, etc. Ora, tudo isso deveria ser alheio aos religiosos e às religiosas, por exigência intrínseca do testemunho público que se espera deles.

Na prática, porém, todos nós conhecemos religiosos(as) muito mais engajados nas lutas deste mundo do que a maioria dos leigos. Mais ainda. Não é só a prática que se distancia da teoria, é que a maioria dos religiosos(as), no nosso contexto brasileiro, não aceitam mais a definição jurídica de vida religiosa como "separada do mundo". Este último elemento apresenta-se, aos seus olhos, como um resto obsoleto de épocas históricas já superadas. À famosa *fuga mundi*, da vida monástica primitiva, opõe-se hoje a generosa e entusiasta *inserção* de muitos religiosos(as) nas condições de vida dos mais pobres deste mundo.

No entanto, a tensão permanece. Se o Direito Canônico não consegue eliminá-la por decreto, também não o conseguirá a simples boa vontade de uma vida religiosa

"refundada", em capítulos, cursos e reuniões. Não teremos que aceitar e conviver com o fato de que a vida religiosa vive, inevitavelmente, em tensão com as estruturas deste mundo? Cremos que sim. Afinal, pelos votos de castidade no celibato, de pobreza, e de obediência, os religiosos (as) renunciemos, publicamente, a usar e gozar de certos meios que são comuns na sociedade atual.

A diferença entre a vida religiosa e o mundo possibilita, paradoxalmente, o diálogo entre ambos, porque entre iguais não é possível verdadeiro diálogo. O diálogo dá-se, sempre, entre desiguais. Viver é dialogar. Desde as formas mais elementares de vida até a comunhão entre os seres humanos, o diálogo consiste em uma troca ou comunicação. Renunciar a dialogar é isolar-se, condenando-se a morrer.

Mas dialogar não significa abrir mão da própria identidade. Ao contrário, o religioso, a religiosa que, para aproximar-se deste mundo, adota os usos e costumes "mundanos", perde a capacidade de dialogar, verdadeiramente, com o mundo. Um Teilhard de Chardin ou uma Madre Teresa de Calcutá, para citar dois exemplos de religiosos bem diferentes entre si, foram admiradíssimos pelo mundo da ciência e da ação social, não por se terem igualado aos usos e costumes do mundo, mas por terem vivido com critérios diferentes aos que eram usuais no seu meio ambiente.

⁹ Em 1577, o superior provincial dos jesuítas do Peru, Pe. José de Acosta, teve uma conversa reservada com o Arcebispo de Santo Domingo, que era frade franciscano. O prelado transmitiu ao provincial dos jesuítas as queixas que havia contra estes: "Comem muito bem, vestem muito bom pano, tratam-se regaladamente, não professam penitência, tudo querem açambarcar... e ainda chamam-se de Ordem de Jesus!", *Obras del Padre José de Acosta* ("Biblioteca de Autores Espirituales", n. 73), 254a-255b, cit. por Julio Caro Baroja, *Las Formas complejas de la vida religiosa (siglos XVI y XVII)*. Madrid: 1985, 603.

Curiosamente, a Companhia de Jesus, nos primeiros séculos de sua existência, foi muito criticada por seus inimigos por defender critérios e práticas **modernistas**, especialmente em matéria de teologia moral. Na Europa do século XVI, os jesuítas eram suspeitos de serem “amigos de novidades”. Quanto às Índias, do Oriente e do Ocidente, o impulso missionário da Companhia de Jesus, com o beneplácito da Santa Sé e das monarquias católicas, foi tal que era inevitável suscitasse ciúmes e ressentimentos em outras instâncias eclesiais.¹⁰

Mais tarde, porém, a Companhia será acusada de “reacionária”, “ultramontana” e “papista” por sua defesa da Santa Sé. De uma coisa, porém, a espiritualidade inaciana não foi nunca suspeita: de fomentar a preguiça, o pessimismo ou a falta de disposição para o trabalho apostólico. Daí a sua aptidão para ajudar a quantos procuram, hoje, uma espiritualidade para a vida ativa.

Hoje, a Companhia de Jesus acompanha com crescente empenho os esforços da Igreja em favor do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso. A última Congregação (= Capítulo) Geral dedicou um decreto ao “Ecumenismo” e outro ao tema: “Nossa missão e o diálogo inter-religioso”. Vale a pena reproduzir a conclusão deste último:

“Como companheiros de Jesus enviados ao mundo atual, caracterizado pelo pluralismo religioso, temos especial responsabilidade na promoção do diálogo inter-religioso. A visão inaciana da realidade pro-

porciona inspiração espiritual e base apostólica para tão urgente tarefa (...) A contemplação de Deus trabalhando em todas as coisas nos ajuda a discernir o Espírito divino nas religiões e nas culturas (...) Nossa tradição jesuítica de resposta criativa ao chamamento do Espírito, nas situações concretas da vida, é um incentivo para desenvolver uma cultura do diálogo em nossa aproximação aos fiéis de outras religiões”.¹¹

6. Uma espiritualidade ecológica

Uma dimensão importante na vida do ser humano sobre a terra é a do meio ambiente em que vive. Nas últimas décadas, tomamos consciência de que, a continuar a atual desproporção entre o consumo dos recursos naturais e a capacidade de renovação dos mesmos, a humanidade acabará sendo vítima do seu próprio consumismo descontrolado. Cada dia mais inseridos nesta terra, os religiosos não podem deixar de ser sensíveis a essa dimensão ecológica. Mais ainda, têm a obrigação de testemunhar, em um contexto cultural de exploração da natureza, a possibilidade de uma cultura alternativa.

Um especialista em Teologia da Vida Religiosa, ao estudar os três votos religiosos, enfatiza a “dimensão ecológica” dos mesmos.¹²

A dimensão ecológica do voto de pobreza é óbvia. Acaso não foi o consumismo e a cobiça de riquezas quem desencadeou a atual crise ecológica? “Nosso planeta ofe-

¹⁰ *Decretos da Congregação Geral XXXIV (1975)*. São Paulo: Loyola, 1996, 125-126.

¹¹ José Cristo Rey García Paredes, CMF, *Teologia de la vida religiosa*. Madrid: BAC, 2000.

¹² José Antonio Merino, “Ecologia”, in: *Dicionário Teológico da Vida Consagrada*, dirigido por A.A. Rodríguez, CMF, e J. Canals Casas, CMF. São Paulo: Paulus, 1994, 358.

rece tudo o que o homem necessita, mas não tudo o que ele cobiça" (Gandhi). A preservação da natureza tornou-se uma questão de sobrevivência. E, nisso, o voto religioso de pobreza, comprometendo-nos a viver uma vida laboriosa e frugal, adquire nova importância.

Se, no início da era industrial, no século XIX, os religiosos eram desprezados como seres improdutivos ("mãos mortas"), que retardavam o progresso da humanidade, a atual perspectiva ecológica tende a apreciá-los como seres frugais, admiradores da natureza e cuidadores das coisas, porque valorizam mais o "ser" das pessoas do que o "ter" e o "fazer". Até Fidel Castro reconhece que as religiosas católicas que trabalham em hospitais cubanos, são pessoas econômicas, dignas de servir de modelo aos seus colegas comunistas.

A dimensão ecológica do voto de castidade no celibato pode parecer menos evidente. Mas a vivência da castidade consagrada a Deus, pelo celibato ou virgindade, exige uma ascese de renúncia ao instinto de dominação e de satisfação imediata dos desejos primários ou socialmente estimulados. A nossa relação com as coisas mudará radicalmente quando o ideal de felicidade consumista for substituído por um conceito de felicidade humanista e social, e quando a acumulação em poucas mãos seja partilhada justamente entre todos.¹³

A revalorização atual do corpo humano, a despeito de possíveis excessos, é positiva. As virgens e os celibatários de hoje, fora de casos patológicos, não desprezam o corpo nem a sexualidade humana. Pelo contrário, os religiosos e as religiosas são pessoas que respeitam e valorizam o mistério do amor e da vida muito mais do que as pessoas devassas ou aproveitadoras da indústria do sexo. Os monges antigos praticavam a abstinência de carne como expressão de sua relação virginal com a natureza.¹⁴ E se os pais acordam, à noite, por causa de um filho pequeno ou doente, os religiosos fazem vigílias, por amor à humanidade inteira.

Bem entendida, a obediência religiosa inclui um compromisso de administrar de maneira responsável a natureza. "Destruir uma espécie (vegetal ou animal) é fazer calar, para sempre, uma voz divina" (Th. Burry). A verdadeira obediência consiste em escutar por amor. Escutar a natureza é uma forma de obediência que São Francisco de Assis queria estender a toda criatura, porque em todas elas escutamos e servimos ao Criador, o "Altíssimo, onipotente e bom Senhor".

Poucos aspectos da espiritualidade inaciana foram tão caricaturados quanto a obediência inaciana, persistentemente mal-entendida, como "obediência militar", "obediência cega" ou "como a um cadáver".¹⁵ A obediência inaciana valoriza, so-

¹³ J.C.R. García Paredes, op. cit., 521-522.

¹⁴ A infeliz comparação do cadáver, como modelo da "perfeita obediência", aparece uma vez nas fontes inacianas (*Constituições*, 547), mas foi tirada da tradição franciscana (São Francisco de Assis, *Escritos e biografias. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. Petrópolis: Vozes/CEFEPAL, 1981, 395, 501, 894-895.).

¹⁵ Cf. Luis González-Quevedo, SJ, "A Forma Original da Obediência Inaciana", *Itaici*, n. 6 (julho de 1991), 44-59.

bretudo, a busca da vontade de Deus e a disponibilidade apostólica.¹⁶

A questão ecológica é relacionada, hoje, com uma nova visão cósmica ou holística. Os avanços científicos, especialmente em matéria de astronomia e cosmologia, estão mudando a nossa visão do universo e da nossa vida nele. Na última década, os astrônomos começaram a buscar e encontrar planetas fora do sistema solar, com características possivelmente semelhantes às da Terra. Existirão outras civilizações, semelhantes à nossa, ou seremos os únicos seres inteligentes a habitar este imenso universo? No estado atual do nosso desenvolvimento científico, não podemos saber. Mas, mesmo que existissem outras civilizações, em outras galáxias, as distâncias são tais que, se conseguissem enviar-nos uma mensagem, quando esta tivesse chegado até nós, muito provavelmente já se teriam extinguido.

A Companhia de Jesus trabalha em diversos observatórios astronômicos (entre eles o Observatório do Vaticano). Quem já fez os Exercícios Espirituais, que iniciam com o "Princípio e Fundamento" e terminam com a "Contemplação para alcançar amor", sabe que a atitude inaciana diante da criação é, fundamentalmente, otimista: Porque tudo procede do amor do Criador, em tudo podemos buscá-lo e encontrá-lo. Em 1937, Karl Rahner escreveu um artigo, com este título: "Sobre a Mistica inaciana da alegria no mundo".¹⁷

7. Um testemunho de esperança

Do sertão do Nordeste, uma senhora me escreve contando uma história sofrida: "Eu vou te dizer... tenho uma neta com 22 anos... ela adoeceu de uma doença maligna. Fui aos médicos, levei-a aos padres santos, como Frei Damião e outros mais, e nada deu jeito... Eu sou milite da Imaculada, franciscana e zeladora do Apostolado... Toda a minha família está precisando muito da ajuda de Deus... Eu rezo todos os dias o terço, às quatro da manhã, mas meus pedidos não chegam onde está Deus... O senhor que conhece algumas meditações me ajude e mande dizer o que é que eu devo fazer... tudo o que eu tenho é a aposentadoria e o sofrimento de ver a minha neta sofrer..."

O que me pede esta senhora? Ela precisa de tudo, mas seu pedido se pode reduzir a uma só coisa: esperança. Pedro Laín Entralgo, em um livro clássico, dizia que o médico era "dispensador de esperança".¹⁸ No Brasil de hoje, queiramo-lo ou não, os padres e os pastores, os religiosos e as religiosas, os pais e mães-de-santo, os médiums espíritas somos procurados, antes de mais nada, como dispensadores de esperança.

Porque todos os seres humanos podemos viver com saúde precária, sem terra e sem casa, sem pão e sem água filtrada, mas não podemos viver sem esperança. O ex-ditador Saddam Hussein, capturado como um bicho, no fundo de um buraco, sem a menor esperança de ser libertado por um tribunal imparcial, não parece mais um ser

¹⁶ Karl Rahner, "Die Ignatianische Mystik der Weltfreudigkeit", ZAM, 12 (1937), 121-137; trad. espanhola em: *Escritos de Teologia*, tomo III, Madrid: 1961, 313-339.

¹⁷ Pedro Laín Entralgo, *La espera y la esperanza: Historia y teoría del esperar humano*. Madrid: Revista de Occidente, 1957; 2ª ed., Alianza Editorial, 1984.

¹⁸ Citado em nosso artigo "Alegres na esperança", *Itaici*, n. 30 (dez. 1997) 77-85.

humano. Gabriel Marcel dizia que esperar é passar do “tempo fechado” para o “tempo aberto”, da fugacidade do “ter”, para a plenitude do “ser”.¹⁹

A vida consagrada na Igreja tem sido vista, ao longo dos séculos, como um convincente testemunho de esperança. É o tema do “testemunho escatológico”, que a excessiva absorção nos problemas mais urgentes da atualidade poderia fazer-nos esquecer.

Hoje, porém, a vida cristã no seu conjunto, e de modo todo particular a vida consagrada, deverão investir mais na dimensão escatológica, porque vivemos uma crise de esperança. O filósofo Habermas escreveu recentemente: “Perdeu-se a esperança na ressurreição, e isso deixa atrás de si um vazio notável”.²⁰

Sim, os cristãos e os religiosos(as) deveríamos falar com mais frequência da nossa esperança na ressurreição e na vida eterna. Não só falar, mas dar testemunho, com nossa vida, da esperança que nos habita. Objetivamente, a vida religiosa, pelo seu próprio ser, é um testemunho de esperança. Um prêmio Nobel de literatura, o francês François Mauriac, dizia: “Creio na ressurreição de Jesus. Creio que Ele está vivo, porque, por causa Dele, um milhão de mulheres, na Igreja, não se casa”.

A Companhia de Jesus nasceu em uma época de crise, não menor que a atual. Diante da relativização dos valores cristãos e da ruptura da unidade da Igreja, Inácio concentra sua esperança em Jesus Cristo, na sua Igreja, na obediência ao Romano

Pontífice. A experiência dos Exercícios Espirituais, quando bem feita, ajuda a pessoa a encontrar-se consigo mesma, com Deus e com a causa mais profunda de nossa esperança. Um dos sucessores de Inácio como superior geral da Companhia de Jesus, o Pe. Pedro Arrupe, publicou um livro com este título: **Só Nele... a Esperança. Seleção de textos sobre o Coração de Cristo** (São Paulo: Loyola, 1983). Como Pedro, em meio à crise da Galiléia, podemos dizer a Jesus: “Senhor, a quem iremos? Tu tens palavras de vida eterna” (Jo 6,68).

Conclusão

Indicamos sete aspectos importantes para uma espiritualidade da vida religiosa, nos dias de hoje. Não pretendemos esgotar o assunto. Outros elementos poderiam ser acrescentados. Em cada item apontamos em que medida a espiritualidade inaciana poderia ajudar os religiosos e as religiosas de vida ativa a crescerem na busca de uma espiritualidade integrada e integradora.

No entanto, cabe questionar, como faz o presidente da CPAL (Conferência de Provinciais Jesuítas de América Latina), em uma das suas mensagens eletrônicas: “por que o que deveria ‘integrar’, às vezes, não integra?”²¹ Pe. Francisco Ivern refere-se à formação integral que pretendemos dar aos alunos dos nossos centros educativos, mas o mesmo poderia dizer-se da formação dos nossos jovens religiosos(as) ou da reciclagem e formação permanente dos membros de nossos Institutos.

¹⁹ Jürgen Habermas, “Fé e conhecimento”, *Folha de São Paulo*, 6 de janeiro de 2002.

²⁰ Disponível em: <www.cpalsj.org/documentos/Ivernporquenaointegra.htm>, 01.07.03.

²¹ Cfr. ainda, Carlos Rafael Cabarrus, SJ, “¿Por qué no nos cambian los Ejercicios Espirituales?”, en: C. Alemany e J. García Monje, *Psicología y Ejercicios Ignacianos* (Col. “Manresa”, 5). Bilbao-Santander: Mensajero-Sal Terrae, 1994, vol. I, 277-284.

O que é que deveria "integrar" e, às vezes, não integra? Na opinião do Pe. Ivern, seria a nossa espiritualidade, cuja expressão mais autêntica, no caso da Companhia de Jesus, está nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. No caso dos restantes institutos religiosos, poderia ser o patrimônio espiritual deixado pelo fundador ou fundadora, a vida de oração em geral, os retiros anuais e mensais, os cursos, reciclagens, encontros e reuniões congregacionais e inter-congregacionais.

No que diz respeito aos Exercícios Espirituais, está historicamente provado que têm sido, na Igreja, ao longo dos últimos 450 anos, um instrumento privilegiado de conversão e de renovação espiritual. No entanto – continua o Pe. Ivern, fazendo o papel de "advogado do diabo" –, "muitos fazem os Exercícios, ano após ano, sem que nada denote uma mudança significativa de conduta, nem no nível pessoal nem no nível social, e estão ainda longe de viver vidas realmente integradas".

Por que, muitas vezes, os Exercícios Espirituais não nos mudam? Não é este o momento nem o lugar mais apropriado para buscar uma resposta completa. Basta indicarmos que deveríamos pesquisar a maneira como estão sendo feitos os Exercícios, sua preparação, sua fidelidade criativa ao espírito original, sua capacidade de adaptação ou contextualização às diversas pessoas e ambientes. O próprio Inácio admitia poucos para fazer a experiência completa dos Exercícios.

Se é verdade que, em muitos casos, os nossos Exercícios, bem como os nossos processos formativos em geral, não parecem estar sendo eficazes, em muitos outros casos, os nossos retiros e a nossa formação estão dando certo, garantindo a perseverança e renovação apostólica dos atuais quadros da vida religiosa.

Referindo-nos, concretamente, aos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, os testemunhos positivos são muito mais numerosos do que os negativos. A realização integral da experiência dos Exercícios de 30 dias, bem como a repetição anual da mesma, condensada em sete ou oito dias, está sendo, no momento atual, um fator importante na perseverança e renovação espiritual dos numerosos religiosos e religiosas que a ela se submetem. Tal é a nossa experiência.

Fazemos votos de que a prática dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio seja cada dia mais aprimorada entre nós, adaptando-se sempre mais à diversidade de pessoas, ambientes e situações. Igualmente esperamos que a criatividade do Espírito suscite em nós e em toda a Igreja novas e mais eficazes formas de cultivar as vocações para as diversas formas de consagração particular a Deus na sua Igreja.

Luis González-Quevedo é padre jesuíta, membro do Centro de Espiritualidade Inaciana de Itaici e redator da revista *Itaici*.

Endereço do autor:

Vila Kostka - Itaici - Caixa Postal: 9

13330-970 - Indaiatuba - SP

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Por que a nossa espiritualidade, que deveria ser integradora de nossa vida pessoal, comunitária e apostólica, nem sempre nos integra?
- 2- Dos sete aspectos indicados no artigo, qual seria prioritário, para nós, neste momento?
- 3- Que influência teve ou está tendo a espiritualidade inaciana na nossa vida religiosa?

Missão de Pároco: experiência limitada mas intensa

Algumas reflexões

PE. CLAUDIO PERANI SJ

1. Introdução

Essas notas não pretendem ser uma avaliação, nem parcial, dos dois anos e meio vividos em Marabá, como pároco de São Francisco, cuidando somente da zona urbana. Trata-se de manifestar algumas impressões, desejos, esforços e desafios destes anos, a partir de uma visão muito pessoal que, certamente, se torna parcial uma vez que não inclui a contribuição dos meus predecessores e nem dos padres Luís e Jó, atuais colaboradores. É bom lembrar que o trabalho paroquial existente se deve ao compromisso de muitos agentes e leigos/as que, faz anos, trabalham com generosidade.

Parcial, também, porque reflete uma visão particular de paróquia que, acredito, corresponde ao evangelho e às diretrizes da Igreja no Brasil, mas não é a única.

Como premissa, devo revelar que nunca tinha sido pároco. Sempre trabalhei no setor social, durante muitos anos como membro do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador, tendo oportunidade, entre outras atividades, de avaliar e acompanhar a atuação de muitas paróquias e, também, sendo professor de muitos futuros párocos. Em Marabá chegou a hora de pagar todos os pecados de juventude!

Finalmente, devo dizer que já conhecia a realidade de Marabá através das cinco ou seis visitas feitas como superior do Distrito da Amazônia, fundado pela Companhia de Jesus em 1995.

2. Algo sobre realidade

Começo com uma palavra sobre a situação social local. Não é propriamente uma análise de conjuntura do sul do Pará, já apresentada magistralmente pelo companheiro Pe. Jorge.¹ Trata-se somente de algumas observações pessoais, enriquecidas na medida em que confrontava essa realidade com aquelas da Bahia e de Manaus, anteriormente vividas.

Marabá é uma cidade que cresceu assustadoramente em poucos anos, por causa dos projetos amazônicos da época da ditadura: as minas de Carajás, a barragem de Tucuruí, a ferrovia, o garimpo da Serra Pelada, etc. Chegou gente dos mais diversos lugares: Maranhão, Piauí, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Sul do país...., formando um conglomerado social no qual convivem lado a lado as mais diversas tradições, os mais diversos interesses, ambições, sonhos.

A Paróquia de São Francisco compreende oito bairros urbanos e muitos povoados

¹ O manuscrito encontra-se na residência dos jesuítas em Marabá.

rurais ao longo de 250 km. A população urbana é de aproximadamente 40.000 habitantes e a rural de 15.000, num total de 55.000 habitantes. Minhas considerações se referem à realidade urbana, onde atuei, deixando aos meus companheiros a região rural.

O bairro central, mais de classe média, tem muito comércio e uma boa praça ajardinada. Uma praça bonita, com bares, lazeres, lojas, restaurantes, igrejas tudo para setores sociais mais abastecidos. Mas há também muitos pobres, pedindo esmola e dormindo na praça, mais dezenas de crianças pobres, de quatro anos para cima, que vendem algo, limpam sapatos, guardam carros, pedem esmola ou não fazem nada. Alguns cheiram cola, freqüentam fliperama.... Têm família e casa, mas preferem dormir na praça.

Os outros bairros são diferentes. Ali a penúria é muito grande. São todos bairros de invasão, pois a Prefeitura nunca teve uma política habitacional. Excluindo algumas ilhas mais atraentes, de comércio e de lazer, e algumas residências fechadas por altos muros, o que prevalece são condições de vida quase subumanas.

São bairros-dormitórios: de manhã, a partir das cinco horas, pela rua central, são centenas de pessoas, homens e mulheres, jovens e crianças, a pé ou de bicicleta que vão para o centro da cidade para trabalhar, para um biscate ou para procurar trabalho. A maioria trabalha no comércio, na Prefeitura, na construção civil, nos serviços domésticos ou por conta própria. Muitos trabalham nas fazendas do interior, ficando fora uma ou mais semanas.

Poucas são as ruas asfaltadas; há lama no inverno e poeira no verão; esgotos a

céu aberto (a água serve para diminuir a poeira); casa de madeira, em sua maioria; muitos botequins, boates, igrejas "crentes". Entrando nas casas a gente se depara com situações de doença, com o grande desemprego, com rendas familiares inferiores ao salário mínimo...

Impressionante o alcoolismo, que afeta a maioria das famílias. E também a violência dos roubos, dos assaltos, dos estupros e dos assassinatos. É difícil encontrar uma casa que não tenha sido invadida. Cada semana, só nos nossos bairros, há notícia de uma morte violenta, por roubo ou por vingança. A polícia quase não existe nestes bairros. A Prefeitura parece ter abandonado esta parte da cidade. Nesta situação, o povo vive uma realidade de angústia, desejando sair para outros lugares. Mas como?

É uma primeira impressão. O encontro direto e pessoal com o povo, muitas vezes, reanima a gente. Encontramos muitas crianças, lindas e com o sorriso nos lábios; jovens que resistem ao atrativo da droga e da violência e querem vencer na vida; homens e mulheres que lutam pela sobrevivência; famílias bem unidas e preocupadas com a educação dos seus filhos. Crianças e jovens enchem os colégios existentes, sonhando com a universidade, apenas atingida por uma minoria. Vizinhos se ajudam nos momentos de aperto por razão de doença ou de desemprego. Famílias se unem para invadir terrenos e poder ter a própria casinha. Somente neste ano de 2003 contamos nos bairros da paróquia oito invasões, de 20 a 200 famílias cada.

O âmbito cultural é uma mistura de diversas culturas, pois os moradores vieram de todos os Estados do Brasil, prevalecendo o Maranhão. Junto com o difícil tempo

de desenraizamento da terra de origem, há o processo lento da formação de novos hábitos e relações. As religiões dão sua contribuição, numa diversidade de linhas e perspectivas. Há dezenas de Igrejas cristãs em todos os bairros, mas a maioria do povo não frequenta nenhuma igreja.

3. Os pressupostos do pároco

Penso seja necessário apresentar o que estava na minha cabeça ao chegar em Marabá. A decisão de ouvir e conhecer, primeiro, para depois contribuir com minha orientação não eliminava a influência que minhas idéias podiam ter. Procurei explicitá-las para mim mesmo e para os outros desde o início. Além disso, pedi sugestões, em Manaus e em Belém, aos amigos com longa experiência de paróquia.

Como jesuíta, colocava em primeiro lugar a necessidade de uma grande sintonia com as orientações eclesiais, particularmente da CNBB. Considerando as Diretrizes e outros documentos, para mim ficavam evidentes três opções fundamentais: a opção pelos pobres, a visão de uma paróquia-rede de comunidades e o protagonismo dos leigos.

A **opção pelos pobres** significava simplesmente assumir concretamente o caminho de evangelização seguido e indicado por Jesus, no programa dele. No evangelho é colocada como condição fundamental de toda Boa Nova.

A **rede de comunidades** exigia repensar a estrutura piramidal da Igreja (e da paróquia) para uma estrutura mais circular, onde não houvesse uma matriz, nem um pároco autoritário, mas um conjunto de comunidades com sua responsabilidade e seu dinamismo decisório.

A **opção pelos leigos** não era simples-

mente uma necessidade prática pela falta de sacerdotes, mas o reconhecimento da vocação própria dos batizados e do impulso do Espírito Santo que suscitava novas vocações para os desafios da época moderna.

A Companhia de Jesus me confirmava com sua espiritualidade e com as orientações das últimas Congregações Gerais. A CG 34 assume o **trabalho paroquial** como “apostolado apto a realizar nossa missão de serviço da fé e promoção da justiça”.

As regras do “**sentir com a Igreja**” exigem uma perfeita sintonia com a orientação eclesial, acima explicitada.

A **espiritualidade inaciana cristocêntrica** coloca Jesus Cristo no centro de minha vida, como amigo e amigo misericordioso. Isso significava para mim o cultivo de uma profunda amizade com o povo da paróquia, sobretudo com os mais pobres, com as crianças e com os jovens. Cheguei a Marabá gostando do povo daqui e querendo ser amigo, apaixonado pela vida do povo, dos mais humildes.

A CG 32, colocando a **justiça** como elemento integrador da espiritualidade e da evangelização, permite assumir a sério a opção pelos pobres, superando uma interpretação intimista e assistencialista. Exige uma análise social e cultural, a preocupação com a mudança das estruturas injustas e uma inserção mais resoluta no mundo. Interessante notar a relação da justiça com a **reconciliação** dos homens.

Por último, mas não menos importante, a formação pelos **exercícios espirituais** leva a pensar e a planejar toda a atividade de formação segundo a pedagogia inaciana, procurando superar todo autoritarismo do educador, para ajudar as pessoas a tomarem livremente suas decisões. Isso me

leva a pensar a função de pároco mais como animador do que como coordenador. Também por isso, desde o início dei valor à formação, às confissões e ao aconselhamento misericordioso.

Esses pressupostos eram por mim considerados como exigência de uma “paróquia jesuítica”. Representam, evidentemente, o ideal a ser perseguido.

4. Primeiro impacto

- O primeiro impacto, ao entrar na paróquia, me deixou bastante confuso e desorientado. Constatei as muitas atividades existentes, a dispersão das pastorais e, conseqüentemente, as contínuas solicitações feitas ao pároco. Ele deve estar presente em tudo e deve saber de tudo. Cito uns exemplos simples: estou conversando na rua com uma pessoa. Aproxima-se um trabalhador, espera o fim da conversa e, depois, pergunta quais são seus direitos, sendo que foi expulso da fazenda depois de um ano. O pároco deve orientar. No mesmo instante, aparece uma mulher e pergunta: “fiz promessa de vestir por quatro meses a roupa de São Francisco. Só cumpri três meses. Agora, para o quarto mês, posso vestir a mesma roupa ou devo preparar outra? Todo mundo exige e deve ser atendido com carinho.

Foi o primeiro desafio. Não quero exagerar. De um lado, as pastorais funcionavam, diria, por própria conta, pela presença de muitos leigos, ativos e treinados e com experiência de vários anos. Isso significava uma segurança. De outro lado, ainda era forte a dependência em relação ao pároco, dificultando uma maior autonomia e um maior discernimento.

- Embora sejam conhecidas as diferentes pastorais de uma paróquia urbana, acho bom apresentar um elenco bem sintético das atividades que encontrei na Paróquia de São Francisco:

- os conselhos pastorais (paroquial e das comunidades).
- os festejos dos padroeiros, mais as romarias dos Ramos e do Círio.
- as várias campanhas: da Fraternidade, do Grito dos Excluídos, do Advento, Missionária, da ALCA, contra a fome, da reforma agrária, das eleições.
- a liturgia: missas, celebrações da Palavra, grupos de cantos, batizados, casamentos, confissões, unção dos enfermos, exéquias, as pregações...
- a catequese: iniciação, da Eucaristia, perseverança, da Crisma, dos adultos, incluindo também a formação dos catequistas, dos animadores, dos noivos e dos ministros leigos.
- os retiros espirituais.
- os grupos de jovens.
- o Apostolado da Oração, o movimento Nova Aliança.
- a pastoral familiar a pastoral vocacional.
- os grupos de rua, a pastoral da criança, os núcleos de direitos humanos, as equipes Cáritas, os cursinhos de reforço, a pastoral do dízimo.
- as visitas gratuitas...
- sem falar da construção das igrejas, que ficava com o vigário, e das muitas solicitações diocesanas.

Temos que lembrar que essas atividades se multiplicam por sete, o número das nossas comunidades urbanas. Em cada bairro existe uma comunidade católica, com suas celebrações e diferentes pastorais. Nem todas realizam tudo: nas mais recentes, em

geral, há cinco ou seis pastoraes, mas querem mais presença para se firmarem e crescerem.

Todo o trabalho é sustentado, como disse, pelos leigos/as. Além deles, temos a presença de seis religiosas consagradas que dão um eficaz e precioso apoio.

Todos se manifestam preocupados com a situação social. Algumas pastorais, particularmente a pastoral da criança, procuraram se abrir à problemática da justiça. Prevalece, contudo, uma orientação mais religiosa, quer dizer, uma fé que prioriza as celebrações, sacramentais ou não, a Palavra e os cantos.

Diante desse quadro é compreensível minha confusão. O que fazer? Como avaliar? Como ajudar no planejamento? É evidente que a grande variedade de iniciativas torna difícil o discernimento e a escolha de prioridades. Até se perguntar: é necessário?

Outra dificuldade encontrada, essa prevista, foi o maior peso do centro da paróquia, mais organizado e mais influente, com maior facilidade para cobrar tarefas do pároco e, com isso, inconscientemente, dificultando a abertura para a periferia. A estrutura paroquial, sobretudo no esquema tradicional de matriz e de atendimento às tarefas sagradas, preocupa-se mais com as necessidades internas dos fiéis que frequentam. O pároco deve estar ao seu serviço. Mas a maioria do povo vive à margem dessa estrutura. Como atingir os mais pobres? É o grande desafio.

5. Um planejamento progressivo

Na realidade encontrada e pelos critérios que tinha na cabeça, era fundamental dar um bom tempo para conhecer o ambiente e as pastorais, **escutar** as pessoas,

refletir, colaborar com os outros, sem pressa e sem querer impor outro esquema. Procurei acompanhar e animar o que já estava funcionando, valorizando as pessoas comprometidas e ajudando a reflexão, na medida do possível. Devo confessar que, apesar do propósito, muitas vezes prevaleceu a pressa ou a atitude de um pastor bastante impaciente.

Fiz questão de refletir, avaliar e planejar em **equipe**. Não foi fácil, pois enquanto nos meus trabalhos anteriores os leigos me questionavam e não dependiam de mim, aqui o "respeito" e a dependência do sacerdote era maior. Sentia falta de um espaço onde a gente pudesse questionar, aprofundar e compreender melhor o caminho a seguir. Formamos uma equipe de seis-sete pessoas para uma reflexão e estudo informais, mas não deu muito certo. Foi no âmbito da equipe de coordenação da paróquia, integrada por uma irmã e três leigos, além do pároco, que se tornou mais possível uma avaliação constante.

Por decisão pessoal priorizei as visitas informais, as **confissões** e as **pregações**. As primeiras são uma persuasão íntima, adquirida em muitos anos de apostolado. Trata-se de visitas gratuitas, sobretudo aos mais pobres que nem se arriscam a convidar para ir à sua casa. Visitas não para organizar algo, nem para aumentar as fileiras da igreja, mas pelo valor de um contato amigo e solidário. Devo confessar que fiquei muito aquém do desejado.

Para as confissões ofereci um tempo semanal fixo. Não há muita frequência, são poucas pessoas que procuram, mas quase sempre desejosas de uma conversa mais ampla e consoladora.

Na preparação das pregações, nas missas

do Domingo e também da semana, gasto bastante tempo, para valorizar este espaço que está a nossa disposição.

Procuro, desde o início da semana, ler, estudar e meditar os textos bíblicos, convencido de que o sermão, em primeiro lugar, deve explicar a Palavra de Deus; e, pelo conhecimento que tenho das pessoas e dos acontecimentos conjunturais, tento interpretar a Palavra para os nossos tempos.

Não utilizo o recurso de “historinhas” que, habitualmente, apresentam uma visão humana da vida bastante diferente da visão bíblica; nem procuro suscitar fortes emoções, segundo uma moda bem presente hoje entre os pregadores da TV, para que a assembléia possa aprofundar a Palavra de Deus com sua inteligência e sua liberdade.

O desafio é adaptar-se aos diferentes públicos, sendo que, nas celebrações mais populares e com menos gente, procuro conversar e dialogar com os presentes, lançando perguntas que, longe de infantilizá-los, os animem a dizer a sua palavra e a sua interpretação, valorizando o seu saber, fortalecendo o seu conhecimento, a sua visão de fé, a sua prática, e aprendendo muito com o que dizem e contam.

Chegando na paróquia, encontrei um esboço de **Estatuto** que estava sendo discutido para ser aprovado. Foi uma das primeiras atividades. Reconhecendo o bom trabalho desenvolvido, acrescentei três pontos que achava fundamentais: 1) paróquia como rede de comunidades e movimentos pastorais; 2) reforcei a importância dos conselhos, paroquial e das comunidades; 3) valorizei o processo democrático: “o pároco e o coordenador devem ordinariamente assumir as decisões colegiadas”.

Na paróquia já havia duas prioridades: a **formação** e a **luta pela vida**. Procuramos, em conjunto, continuar e dar mais consistência a tais orientações.

No que diz respeito à formação, foi dada prioridade à **catequese**, introduzindo uma avaliação em cada comunidade e organizando para as catequistas um curso de férias de dez dias por três anos. Foi avaliada a insuficiência dos encontros diocesanos e dos seminários de fim de semana. Precisava descer mais às bases e prolongar o estudo.

Além da prioridade à catequese, era preciso preocupar-se também com a pedagogia da formação. Constatando que o predominante era uma formação “bancária” mais centrada em palestras, às vezes longe da compreensão dos interessados, foi introduzida uma pedagogia do “ver, julgar, agir” que permitisse uma avaliação mais concreta e eficaz das diferentes pastorais. Nesta direção, planejamos e realizamos encontros com a pastoral da liturgia, ministros, equipe de batismo, equipe de dízimo, grupos de rua, equipe cartas etc..

A luta pela vida era bastante considerada nas assembléias, mas havia a dificuldade de se chegar a realizações concretas. Era evidente sua importância, dada a situação de pobreza e de violência existente nos bairros.

O que mais funcionava era a Pastoral da Criança, com sua metodologia acertada, conseguindo mobilizar muitos líderes em todos os bairros e ajudar muitas crianças. Nosso apoio foi no sentido de favorecer em cada bairro um bom núcleo de mulheres, insistindo sobre a prioridade do trabalho de base segundo os critérios tradicionais desta pastoral, que já tinham revelado sua eficácia. O risco, por razão da orientação

nacional, era de multiplicar as iniciativas e, por conseqüência, os encontros a nível paroquial e diocesano — o que dificilmente pode ser acompanhado pelos grupos ou mesmo pelos líderes do bairro.

Num planejamento progressivo, discutindo com a coordenação e inspirados em acontecimentos locais, sugerimos novas pastorais.

Os Grupos de Rua. Não eram uma novidade absoluta. Nas comunidades, faz tempo, existiam os círculos bíblicos, particularmente durante a Quaresma, o Advento e o mês da Bíblia. As missões populares, que encerraram no meu primeiro ano de pároco, estimularam as visitas nas ruas e a realização de círculos bíblicos nas casas, suscitando o desejo de dar seguimento à iniciativa. Assumimos e demos continuidade a este trabalho, procurando modificar um pouco o enfoque. Enquanto as missões populares tinham como objetivo trazer mais pessoas para a igreja, o objetivo do Grupo de Rua consistia em procurar reunir uma pequena comunidade naquele quarteirão, integrada por pessoas que quisessem dizer sua palavra, expressar sua fé, fortalecer sua solidariedade e ajuda mútua. Tratava-se de criar um espaço de fraternidade que pudesse representar uma maior abertura social e uma iniciativa de maior paz, enfrentando, assim, indiretamente, o desafio do isolamento entre vizinhos e o problema da violência que domina nos bairros desta cidade.

A iniciativa está em andamento, sem o fervor dos primeiros meses depois das missões e com metodologias e resultados diferenciados. Com os Grupos de Rua, o que se espera é gerar uma nova mentalidade que vai se adquirindo aos poucos. Pressupõem

visitas gratuitas e uma aproximação menos religiosa, que permita discutir todos os problemas humanos dos participantes. Os desafios são grandes, mas já podemos constatar resultados positivos. Eis alguns simples depoimentos dos animadores:

- não visito para convidar para a Igreja, mas para levar uma palavra boa.
- é bom ter contato com o povo fora da igreja.
- foi tão bom o grupo de rua: descobrimos coisas que não conhecíamos.
- só ver a gente na porta, a doente começou a chorar.
- antes a vizinhança não tinha entrosamento, não parava, não se saudava; o grupo uniu a vizinhança.
- os vizinhos não se relacionavam entre si; com as visitas e os convites foram criando laços.
- há pessoas de outras Igrejas que aceitam bem.

Os Grupos de Rua estão engatinhando. Ainda são fracos, mas representam uma tentativa de sair do âmbito fechado da Igreja, procurando os "outros". É uma Igreja um pouco mais missionária.

Núcleos de Direitos Humanos. Surgiram a partir de uma Assembléia Diocesana sobre Direitos Humanos e, sobretudo, constatando a exploração e a violência existente nos bairros. Existiram em três comunidades, integrados por algumas pessoas com certos conhecimentos do assunto e que podiam ser consideradas "advogados populares". O objetivo consistia em dar gratuitamente um primeiro atendimento às pessoas prejudicadas em seus direitos, solidarizando-se com elas, explicando os direitos e orientando o caminho a ser seguido. Não tinham como finalidade a solução

dos casos, mas somente indicam organizações e advogados que encaminhassem as questões. A maior procura foi para problemas de documentação e aposentadoria. Mas houve demanda também para questões de direitos familiares, direitos trabalhistas, disputas e roubos....

A iniciativa não vingou por várias razões. As pessoas que procuravam queriam a solução dos problemas; foi difícil encontrar pessoas com tempo disponível; sobretudo, talvez por razão da pressa, não se conseguiu envolver as outras pastorais. Atualmente só existe o aconselhamento de poucos casos.

Equipes Cáritas. Diante da situação de fome de muitas famílias, foram constituídas em todas as comunidades "Equipes Cáritas", para organizar melhor um trabalho de assistência que já existia. Têm como objetivo: 1) receber os pedidos das outras pastorais que visitam as famílias do bairro e encontram situações de fome; recolher ofertas de alimentos não perecíveis e comprar algo, segundo as possibilidades do caixa da comunidade; levar às famílias indicadas o recurso pedido, procurando não somente entregar a oferta, mas sobretudo ter um contato humano de solidariedade. Insistimos sobre a necessidade de superar uma atitude de simples assistencialismo paternalista, considerando o respeito pela dignidade de cada pessoa e a promoção efetiva de seus direitos; procurando ver a reciprocidade da relação.

Na verdade, essa é uma prática na qual o povo é mestre; é a solidariedade silenciosa entre eles que salva a vida de muitos. Esse trabalho firmou-se com maior facilidade, talvez pela situação de grande fome.

Iniciativas de educação. Por inicia-

tiva de um grupo jovem surgiu um "curso-gratuito de preparação ao vestibular. Está funcionando em dois bairros com muita aceitação.

Outras iniciativas dos grupos de jovens foram as aulas de capoeira e as aulas de karatê em duas comunidades de periferia para ocupar as crianças e tirá-las da rua. Têm boa aceitação por parte das próprias crianças e dos pais.

E aqui a realidade paroquial coloca um grande desafio. Eu diria que a maior tentação da comunidade eclesial hoje é o fato de privilegiar o aspecto religioso, ou sagrado, da vida cristã. O Pe. Geral da Companhia de Jesus afirmava recentemente que uma das enfermidades do nosso tempo, também dos jesuítas, é um "espiritualismo desencarnado".

Existe em nossa paróquia a tendência de colocar a oração em primeiro lugar; de privilegiar a Palavra, habitualmente muito humana, em lugar das obras; de nomear, muitas vezes em vão, os nomes de Deus, de Nossa Senhora, dos santos, escrevendo-os em todo lugar; de multiplicar os louvores, os cantos, as festas, as expressões religiosas. A dimensão da fé fica fechada no interior de uma experiência íntima, pessoal e não se reflete na vida social e relacional. Quando é colocada em comum nos encontros, nas assembléias, nos movimentos, mantém o mesmo caráter intimista.

Estamos diante de uma liturgia, de sacramentos e de cultos que deveriam des-pertar para as exigências evangélicas de uma doação total; do contrário, perdem seu sentido revolucionário de "vida nova" e aparecem como remédios tranquilizadores, enganando as pessoas. Há, certamente, um certo benefício para muitos angustiados

pelos problemas da vida e a eficácia dos sacramentos pode levar a verdadeiras conversões, mas dificilmente tornam-se sinais da potência libertadora de Deus, pois são administrados e interpretados dentro de uma atmosfera mágico-teológica. Com tudo isso, as "obras" que foram a primeira preocupação de Jesus, ficam em segundo plano. Tiago nos alerta: a religião pura e sem mancha diante de Deus, nosso pai, é esta: socorrer os órfãos e as viúvas em aflição.

Não quero ser mal interpretado. É evidente que a oração tem seu grande valor e é fundamental para a vida espiritual e o apostolado. A esse propósito constatei que as pessoas não têm a prática da meditação, de uma oração mais pessoal e espontânea. Estão acostumadas a rezar nas celebrações e, quando rezam sozinhas, são mais orações decoradas. Os retiros dados, incentivando a meditação pessoal, encontraram muita aceitação.

Quero dizer, também, que como pároco não posso julgar a ninguém e devo acolher a todo mundo. A atitude de misericórdia e de paciência deve ser a característica do pastor. Fica, porém, o desafio de como evangelizar e ajudar o crescimento da fé diante dessas situações.

A) Abertura Social

Conseqüência do que afirmei acima é a questão da abertura social da paróquia. Sabemos que ela deve cuidar do cultivo da fé (catequese e celebrações litúrgicas) de seus membros. A Igreja pode recorrer a outras estruturas — movimentos, pastorais especializadas etc. — para atender às exigências da evangelização, do serviço e da palavra profética sobre a cidade e a sociedade. Existem, por exemplo, a Comissão

Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral Operária, os grupos de Fé e Política.

Mas também a paróquia não pode se ausentar dessa dimensão, sob pena de esvaziar a fé. Essa não pode ficar separada do compromisso cristão no social e no político. Já dizia o documento de Medellín sobre a Catequese: "A catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje. [...] As situações históricas e as aspirações autenticamente humanas constituem parte indispensável do conteúdo da catequese".

Sem um conhecimento da realidade global da vida do homem e da mulher de hoje e sem uma linguagem por eles compreensível, o evangelho torna-se uma piedosa aspiração, a catequese fica separada da experiência da fé e os ritos perdem seu sentido.

Na nossa paróquia tentamos algo nesta direção. Já falei da iniciativa dos Núcleos de Direitos Humanos e da Rádio Popular. Devo lembrar o acompanhamento dado às invasões de terreno com denúncias públicas, a presença no Fórum dos Movimentos Populares com três membros, a cartilha política na ocasião das eleições procurando descrever o perfil político dos candidatos, algumas denúncias contra a violência nos bairros... Mas em geral foram iniciativas mais de "cúpula", pouco assumidas pelo conjunto paroquial.

Fica o desafio de como ampliar mais esta problemática. A paróquia é uma verdadeira central operativa da Igreja local; continua mantendo sua importância. Deve encontrar os caminhos de um maior interesse pelo empenho pela defesa dos direitos humanos e pela formação dos católicos no âmbito sócio-político. Só assim poderá ser "sal" e "fer-

mento" no mundo de hoje. Não é uma exigência política, é um requisito da fé.

Relacionado com tudo isto, existe o problema da "opção pelos pobres", princípio orientador da missão de Jesus Cristo e, por conseqüência, do trabalho dos seus discípulos, da paróquia também. Tal opção exige, em primeiro lugar, uma verdadeira conversão da mentalidade burguesa que leva a considerar os pobres preguiçosos, violentos, ignorantes. – Em segundo lugar, trata-se de superar a orientação meramente assistencialista, para reconhecer a sabedoria e a capacidade dos pobres, respeitar seus direitos de cidadãos e de filhos de Deus. Reforçando-os e aprendendo com eles, fraternalmente.

Estamos diante de um grande desafio. A "assistência material" (a caridade) sempre existiu na Igreja desde as primeiras comunidades paulinas. Devemos lembrar, contudo, que Jesus enviou seus discípulos "em pobreza", sem levar nada. Nós, ao contrário, levamos, e muito!, mesmo que não seja para nós, mas para doar. Pedimos continuamente e distribuimos aos outros, sempre motivados pela situação de miséria de muitos. Não se trata somente de eliminar o paternalismo para respeitar e valorizar a iniciativa dos pobres; a questão é mais profunda, há um problema de evangelização. Quem pretende oferecer uma promessa de salvação não precisa de outras coisas. Toda doação, todo bem material oferecido pode ser de obstáculo, obscurecendo a gratuidade e o essencial da salvação. Constatamos continuamente que as pessoas nos procuram para receber uma cesta básica: esta elimina a fome por uma semana — e não é pouco — mas pode afastar do evangelho.

A resposta para este desafio não é tão

simples. Mesmo não sabendo equacioná-la, a paróquia deveria ser um espaço contracultural, que ajude seus membros a ter um contato mais vital com os setores populares e a alcançar uma profunda transformação de mentalidade.

O desafio continua grande, sobretudo para as paróquias orientadas pelos jesuítas, sendo que o nosso Pe. Geral constata um "retrocesso bem evidente no nosso empenho de solidariedade com os mais pobres. Eles correm o risco de serem os últimos servidos na eleição de nossas prioridades apostólicas". Ao contrário, a solidariedade com aqueles que são condenados a viverem na miséria, na injustiça e na insegurança, deveria ser 'mais generosa e mais explícita', porque 'o individualismo inato e a tendência natural a fechar-se num trabalho agradável enfraquecem muitas vezes a disponibilidade apostólica'.

B) A Formação

Se a conversão e o crescimento na fé se dão no cotidiano da vida comprometida com os irmãos, a formação tem sua grande contribuição a dar neste sentido. Diria, porém, que ela está em crise, não somente na nossa paróquia. Parece-me que o problema é mais generalizado.

A meu ver, essa crise decorre, em grande parte, da situação atual da vida do povo e da dificuldade da Igreja de se adaptar às novas circunstâncias. A situação sócio-econômica, a influência dos meios de comunicação social, as múltiplas seduções da sociedade de consumo, a diversidade de religiões..., tudo isso coloca grandes e novos desafios para a fé dos jovens, dos adultos, dos anciãos.

O que nós oferecemos? Nosso esforço

maior é a catequese de crianças e jovens, bastante organizada em todas as comunidades. Existe também uma catequese para adultos. Apesar disso podemos constatar que nossa maior preocupação são as crianças, deixando muito a desejar o investimento com os adultos. Com isso, facilmente acontece que, depois da catequese da Primeira Eucaristia ou da Crisma, muitos abandonam, também porque não oferecemos um ulterior acompanhamento para o crescimento da fé.

Percebendo isso, os Bispos, já em 1983, afirmavam que 'é na direção dos adultos que a Evangelização e a Catequese devem orientar seus melhores agentes. São os adultos os que assumem mais diretamente, na sociedade e na Igreja, as instâncias decisórias e mais favorecem ou dificultam a vida comunitária, a justiça e a fraternidade'.

É evidente que, para conseguir o interesse dos adultos, teremos que rever nosso conteúdo. A fidelidade à Bíblia deve ser acompanhada por uma constante análise da realidade, por temas de atualidade, sem privilegiar o estudo de normas eclesiais, mas ajudando as pessoas a serem testemunhas vivas das certezas da mensagem pascal nesse nosso tempo.

Além disso, há o problema da metodologia ou pedagogia das nossas iniciativas de formação: cursos, seminários, encontros, conferências... Dizia, com palavras de Paulo Freire, que temos uma educação bastante "bancária". Sem negar a necessidade de transmitir informações, parece-me necessário fazer maior esforço para envolver mais a participação dos interessados. Não só no sentido das técnicas e dinâmica de grupos. Mas sobretudo no sentido de valorizar os conhecimentos que as pessoas já tra-

zem, qualquer que seja a sua idade e a sua experiência de vida. Favorecer a reflexão, o pensamento crítico, o discernimento, a curiosidade. Solidariamente, uns com os outros. A pedagogia inaciana poderia ser um ótimo subsídio para isso. Na verdade, a pastoral e a catequese deveriam ser espaço para sistematizar mais concretamente uma pedagogia para os seus processos de formação. Este é também um desafio.

A propósito, mais uma observação. O nível diocesano da formação é muito importante para sair do universo limitado de um grupo e encontrar outras experiências. A prática, porém, mostra a dificuldade dos participantes de animar a formação mais no nível local. Parece-me necessário — como aliás é pedido por muitos — que se faça um maior esforço para uma formação nas bases, seja por parte da equipe paroquial seja por parte da equipe diocesana.

C) O Papel das Coordenações

A força da Igreja está na comunidade local: é aí que os batizados se reúnem, celebram, decidem as diferentes atividades. Pároco, Bispo, CNBB têm seu poder, sobretudo no sentido de proclamar uma voz profética. Mas é um poder relativo. A vitalidade de uma Igreja aparece pela vitalidade de suas comunidades e de todos os membros batizados.

As várias instâncias de coordenação (nacional, regional, diocesana e paroquial) deveriam estar mais ao serviço da comunidade local, não somente com palavras, mas com metodologia e iniciativas concretas. É evidente a necessidade de uma articulação que fortaleça a "rede" das comunidades. Estas, isoladas e fechadas sobre si, morrem. Devem relacionar-se

abrir-se, articular-se entre si, viver em sintonia e fraternidade com o conjunto das igrejas locais.

Acontece que não sempre as diferentes coordenações conseguem animar e articular as bases. Muitas vezes abafam. As solicitações das instâncias superiores e das diferentes pastorais para campanhas, coletas, mobilizações, programas a serem executados.... são muitas e todas recaem sobre o grupo local, que nem sempre tem estrutura e fôlego para acompanhar tudo. Há uma certa burocracia que abafa, impedindo um crescimento mais dinâmico conforme a realidade de cada comunidade. Não é suficiente dizer que cada comunidade é responsável pelo que pode realizar. A cobrança que vem de cima é sempre muito forte.

Estamos na era da globalização e devemos reconhecer a necessidade do planejamento mais amplo e da articulação, mas sem esquecer a importância e a consistência do nível local. Penso que a articulação se deva fazer centralizando, mas também descentralizando, quer dizer, as coordenações, além de convidar as bases para frequentar lugares e problemáticas do centro, devem sair mais em direção da "periferia", não para impor um planejamento nacional, mas para conhecer e animar o nível local. É aí que o povo se reúne, é aí que acontece a salvação.

D) O Autoritarismo

Por último, é bom questionar o próprio pároco. Ter afirmado que a paróquia é uma rede de comunidades, com uma estrutura mais circular e democrática, não significa, assim sem mais, ter acabado com o esquema piramidal da Igreja.

Reconheço meu autoritarismo. Nas ex-

periências passadas, era com maior facilidade questionado pelos leigos e pelos jesuítas, tendo eles o mesmo nível de formação e estando habituados a um tipo de debate democrático mais natural no espaço da sociedade civil e mais difícil no âmbito eclesial. Forçosamente era obrigado a ser mais democrático. Os leigos da paróquia, e o próprio povo de um modo geral, são mais dependentes do sacerdote, muitas vezes visto como uma autoridade "sagrada". Percebo que devo me policiar mais, pois um simples parecer pode ser interpretado como vontade do padre que deve ser cumprida. Não é tão simples. Às vezes, os próprios leigos se aproveitam, consciente ou inconscientemente, para afirmar seu parecer dizendo: "o padre falou", quando não disse nada ou era uma simples sugestão.

De outro lado, existe também o autoritarismo de uns leigos. Ou, simplesmente, e isso pode ter um aspecto positivo, o costume de vários coordenadores de decidir por conta. Só procuram o padre quando precisam de algo.

Nesta situação, procuro insistir na dimensão circular, tentando explicar – e praticar eu em primeiro lugar – que a responsabilidade de uma instância de coordenação, prioritariamente, não é aquela de repassar as decisões que supostamente vêm de cima, uma vez que a imagem não é a de pirâmide mas de círculo. Trata-se, em cada instância, de interpretar e defender as necessidades dos seus participantes, procurando repassá-las à instância seguinte.

Ao falar dos meus "pressupostos", indicava a necessidade de um aconselhamento misericordioso. O evangelho, várias vezes, afirma que Jesus 'teve compaixão'. Esta é certamente a atitude fundamental do nos-

so Salvador: a compaixão, a misericórdia. E, talvez, seja a coisa mais difícil para nós, párocos. Nossa visão patriarcalista e machista, aliada à preocupação em defender leis e normas, pode nos levar para atitudes farisaicas, condenadas por Jesus. Penso que, para terminar, se um pároco fracassasse na realização de várias pastorais, mas conseguisse ter sempre uma pre-

sença misericordiosa, para que o povo reconhecesse no rosto da paróquia a compaixão de Jesus, poderia se alegrar porque – se não na terra – certamente no céu haveria mais festa.

Endereço do autor:
Cidade Nova – Caixa Postal 235
68501-970 MARABÁ – PA
Tel.: (91) 4324-1229

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- O que mais sensibilizou você no depoimento de Cláudio Perani?
- 2- Como você avalia o “planejamento progressivo” descrito no texto? Você crê que é válido para outros contextos?
- 3- Você acha que os desafios apontados pelo autor se dão também em outros contextos e em outras paróquias? Na sua realidade, que desafios são mais urgentes?

“A catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje. [...] As situações históricas e as aspirações autenticamente humanas constituem parte indispensável do conteúdo da catequese.”

A violência na Igreja

CAMILO MACCISE, Ocd

Introdução

Falar da violência na Igreja pode parecer um contra-senso. Violência, na verdade, implica força (vis) física, moral ou psicológica para impor ou coagir, para forçar e obrigar. E isso seria contraditório e impensável na comunidade dos crentes fundada por Jesus, nossa paz, que veio para nos libertar de toda escravidão e opressão; que “destruiu o muro da separação, o ódio, e, dos dois povos, fez um só... (e) os reconciliou com Deus por meio da mesma cruz” (Ef 2,14,16); que edificou sua Igreja no amor a Deus e ao próximo, inclusive ao inimigo (Mt 5,3-48).

No entanto, a história da Igreja, divina e humana ao mesmo tempo, nos faz ver que a violência tem sido praticada por ela para dentro e para fora de si mesma, suscitando ou tratando de reprimir conflitos entre a autoridade hierárquica e a base, entre interpretações tradicionais da fé e suas novas aproximações, entre exegetas, teólogos, moralistas e magistério, entre instituição e carisma, entre Igreja e sociedade.

Nossa reflexão não é só teórica. Leva em consideração também a história passada e recente na vida da Igreja junto com experiências pessoais ou testemunhais no presente do povo de Deus, que peregrina, como sinal pobre e imperfeito do Reino de Deus. Essas experiências atuais não são simples anedotas ilhadas nas linhas de

direção que caracterizam habitualmente o modo de atuar de organismos centrais da Igreja.

I. O pano de fundo da violência eclesial

Ao analisar o pano de fundo da violência eclesial é preciso ter em conta os comportamentos psicológicos dos indivíduos e dos grupos humanos, com todas suas tensões na esfera relacional e com suas causas pessoais e estruturais. Igualmente é preciso superar visões maniqueístas que identificam o poder com o mal e que julgam sempre negativamente, desde o ponto de vista moral, aqueles que o exercem na sociedade e na Igreja. Pode existir, e de fato se dá, um estilo evangélico de praticar a autoridade (Mt 20,24-28).

Esse esclarecimento permitirá enquadrar com realismo as experiências de violência na Igreja e evitar, ao mesmo tempo, juízos moralmente negativos sobre as intenções daqueles que de fato a praticam em forma consciente ou inconsciente. Não se trata, portanto, de julgar as pessoas, que quase sempre procedem guiadas pelo desejo de salvar a identidade eclesial e de proteger o que consideram o bem e a verdade.

1. A tensão dos movimentos presentes nos grupos humanos

Todo grupo humano estruturado vive a tensão entre dois movimentos: um cen-

trípeto e um centrífugo. O primeiro se preocupa em conservar a identidade; o segundo em encarná-la e renová-la com dinamismo e criatividade, para que o grupo se mantenha com vida e para que sua existência continue tendo sentido. Ordinariamente o movimento centrífugo está representado por aqueles que têm o poder e a autoridade. Uma parte da base, ao contrário, tende mais facilmente a buscar caminhos novos, a transformar as estruturas, a questionar os aspectos organizativos do grupo.

Ambas as tendências podem querer impor-se através de uma certa violência. Se o movimento centrípeto predomina e se impõe, o grupo obrigará seus membros a viver uma identidade estática na submissão e na uniformidade. Se, ao contrário, vence o movimento centrífugo, o grupo corre o perigo da dispersão e da fragmentação que conduzem à perda da própria identidade. A superação deste duplo perigo se dará na integração harmoniosa de ambas as tendências, através do diálogo e da aceitação de um pluralismo na unidade.

Na Igreja temos dois aspectos necessários e complementares: o institucional e o carismático que, normalmente, concretizam os dois movimentos dos grupos humanos: o institucional, o movimento centrípeto; o carismático, o centrífugo. A Igreja, em seu aspecto institucional, valoriza mais a doutrina reta, a disciplina, a organização e a coesão, protegendo sua identidade por meio do dogma, da lei, do poder centralizado.

Em seu aspecto carismático, a Igreja dá mais importância à práxis, às relações fraternas, à proximidade com o povo, espe-

cialmente com os pobres, à denúncia profética. Vive e promove a solidariedade, a inculturação do Evangelho, a co-responsabilidade, a descentralização e a prática do amor cristão, com sua dimensão social, para promover a justiça no mundo. Aqui também, como em todo grupo humano, o caminho para resolver as tensões que surgem é o do diálogo que conduza à aceitação da diversidade na unidade construída em torno do que é realmente essencial.

2. O modelo de Igreja

O modelo de Igreja (a forma como a Igreja se entende a si mesma e se apresenta aos demais) influi igualmente na forma de conceber e de exercer o poder. Esse pode conduzir à violência que impõe ou ao serviço aberto, à confrontação e ao diálogo na busca da verdade e dos caminhos de Deus para a Igreja.

Durante muitos séculos, a partir do Edito de Constantino (s. IV), praticamente até o Vaticano II, predominou o modelo de Igreja como sociedade perfeita, com forte ênfase no hierárquico, que levou a distinguir duas categorias de cristãos: o clero, junto com a vida religiosa por um lado e os leigos por outro; a Igreja docente (que ensina) e a Igreja discente (que aprende); a hierarquia que governa, decide, determina e o laicado que obedece, aceita e executa.

Nela as distinções se dão piramidalmente, por uma hierarquia de carismas. O primeiro posto é ocupado por aqueles que exercem a autoridade. Nela se concentra quase todo o poder.

O Concílio voltou ao modelo bíblico de Igreja e a apresentou novamente como

uma Igreja de comunhão, povo de Deus e sacramento do Reino. Nesse modelo as relações entre os carismas partem do objetivo dos mesmos que é o de favorecer a unidade na diversidade. As distinções não são consideradas primordialmente pela ordem hierárquica, mas sim pelo tipo de serviço. Este modelo de Igreja exige um modo novo de exercer a autoridade. Infelizmente, no período posconciliar, o discurso teórico nessa linha está sendo frequentemente desmentido por uma praxe eclesial caracterizada por um crescente centralismo, autoritarismo, dogmatismo e juridicismo geradores de exclusão ao estilo do modelo anterior de Igreja-sociedade perfeita.

II. Manifestações de violência na Igreja

Na Igreja atual, não se aplica mais a violência física que se praticou no passado quando religião e Estado estavam estreitamente unidos. Então os dissidentes, no campo dogmático como moral, eram considerados membros desintegradores da identidade cristão-católica e social. Mesmo sem aceitar a lenda negra da Inquisição (que também existiu no campo protestante), não se pode negar atos inaceitáveis de condenação de parte da Igreja como o de consignar os considerados hereges ao “braço secular”, para serem torturados ou também executados por sua falta de ortodoxia ou por sua rebeldia à autoridade eclesiástica.

No mundo moderno e pós-moderno, essa forma de violência desapareceu na Igreja. Permanecem, contudo, outras formas de violência moral e psicológica que continuam sendo praticadas na institui-

ção eclesial e que são manifestações de um tipo de poder que não leva em conta o direito a uma legítima diversidade na Igreja e a exigência evangélica do diálogo e da superação do medo.

À luz da experiência, posso assinalar algumas dessas violências, que são práticas muito frequentes na Igreja, sobretudo em alguns dicastérios romanos.

1. A violência do centralismo

O centralismo é uma forma refinada de violência porque concentra o poder de decisão numa burocracia eclesiástica, distante da realidade da vida, ignorante com relação aos desafios que enfrentam os crentes nas diferentes circunstâncias socioculturais e eclesiais, incapaz de admitir a pluriformidade. Desse modo se exerce a violência ao tratar os crentes de todas as categorias, desde as conferências episcopais até os grupos de leigos, passando pela vida consagrada, como menores de idade, necessitados de uma superproteção e de uma disciplina imposta com critérios míopes.

No período pós-conciliar, foi sendo destruído pouco a pouco o esforço de descentralização iniciado pelo Vaticano II e o caminho da colegialidade episcopal. Inclusive os sínodos episcopais convocados periodicamente estão controlados em sua metodologia e na elaboração de seus documentos pela cúria romana. Na maior parte do sínodos, houve bispos que denunciaram inutilmente a violência desse controle aplicado por mentalidades neoconservadoras bem estruturadas e com muito poder para tratar de impor seu ponto de vista e suas decisões, condicionadas por uma teologia abstrata e defasada.

Pressionam com acusações e sansões também aqueles que se atrevem a julgá-las por amor à Igreja e sem romper a comunhão nela. São taxados sistematicamente de praticar um magistério paralelo, uma pastoral paralela e de pretender criar uma Igreja paralela.

O centralismo reforçado procede, em grande parte, da desconfiança e do medo. Como explicar senão a demora de dois ou três anos para aprovar a tradução de textos litúrgicos feita por peritos e aceita unanimemente por conferências episcopais? Pratica-se assim a violência da suspeita e da desqualificação de episcopados inteiros.

Esse mesmo medo de perder o controle de tudo fez surgir, já no Sínodo sobre a vida consagrada e depois por parte da Congregação para a Doutrina da Fé, a proposta de exigir a confirmação do Vaticano para os Superiores Gerais eleitos por seus respectivos Institutos religiosos. Ante uma reação maioritariamente negativa, a Congregação para a Doutrina da Fé enviou uma carta a teólogos de sua confiança, pedindo-lhes que começassem a escrever para apoiar essa iniciativa e ir criando uma opinião favorável a ela.

O controle centralista da cúria romana impede também o acesso de grupos qualificados a um diálogo direto com o Papa. Os Conselhos da União de Superiores Gerais (USC) e a União Internacional de Superiores Gerais (UISG) trataram inutilmente de

ter uma audiência-encontro com o Santo Padre desde 1995. Enquanto outros grupos menores irrelevantes e indivíduos alheios à fé e à Igreja obtêm essa possibilidade, os representantes de mais de um milhão de pessoas consagradas, comprometidas nas mais diversas atividades pastorais e nos postos de fronteira evangelizadora, não a conseguem.

Este é um modo sutil de impedir os espaços de diálogo indispensáveis para uma colaboração intraeclesial. Por isso, um padre conciliar se atreveu a dizer durante a celebração do Vaticano II: "não tenho medo de Pedro (do Papa), mas dos secretários de Pedro (a cúria romana)".

2. A violência do autoritarismo

Uma forma de violência que se dá com frequência nas estruturas da Igreja é a do autoritarismo patriarcal. Provas disso são, entre outras, a exclusão das mulheres dos "espaços de participação... em diversos setores e em todos os níveis, inclusive naqueles processos em que se elaboram as decisões, especialmente nos assuntos que lhes dizem respeito diretamente"¹.

Torna-se incompreensível, por exemplo, que as mulheres contemplativas não tenham sido consultadas na preparação do documento *Verbi sponsa* sobre a clausura. Foram homens que legislaram sobre um tipo de vida que só conhecem, em teoria². Essa legislação exige das monjas contemplativas o que não exige dos mon-

¹ VC 58.

² Não foi consultada nenhuma das 49 Associações ou Federações das Carmelitas Descalças que seguem as Constituições postas ao dia com o Vaticano II e que agrupam 755 monastérios e contam com mais de onze mil monjas. Queixas semelhantes surgiram de outras ordens contemplativas. Assim parece que a consulta se limitou a mosteiros ou grupos de mosteiros de mentalidade conservadora.

ges contemplativos em relação a permissões para exceções às normas estabelecidas. É um exemplo de violência discriminatória com relação à mulher consagrada contemplativa. Consideram-na como menor de idade como em séculos passados, incapaz de manter-se fiel a sua identidade claustral sem uma vigilância por parte dos homens.

Outras formas de violência autoritária que se converteram em costume são, por exemplo, encobrir com o segredo o nome daqueles que acusam (violação de um direito da pessoa humana), porque são geralmente pessoas de mentalidade conservadora; não permitir testemunhos que apoiem a parte acusada quando essa é chamada ante um tribunal de alguns dicastérios romanos; enviar cartas nas quais ficam assentadas acusações, sem haver dialogado com o acusado antes de escrevê-las. Também, quando este escreve uma resposta na qual demonstra a falsidade das afirmações e nunca recebe uma resposta escrita que o alivie das afirmações caluniosas anteriores contra ele.

O autoritarismo se cobre com o manto do poder sagrado que protege aqueles que atuam dessa maneira. Não existe a possibilidade de acusá-los de difamação e calúnia. Em nome do poder sagrado exigem obediência cega³, compreensão em relação a eles que, como dizem, tratam de fazer as coisas o melhor possível e, quando são descobertos, como último recurso, relembram às vítimas de seu autoritarismo que “todos estamos no mesmo barco”, sem reconhecer que antes

quiseram jogá-los ao mar. Igualmente não se cansam de repetir que, segundo a lei, tais coisas são “competência exclusiva da Sede Apostólica”.

3. A violência do dogmatismo

Outro tipo de violência na Igreja é o dogmatismo que não admite que vivemos em um mundo pluralista, no qual não é possível continuar dominados por um monocentrismo religioso, cultural e teológico. Pelo contrário, requer-se uma abertura a um policentrismo em todos esses campos. Sem distinguir entre o essencial da fé cristã e suas formas de expressão teológica, o dogmatismo conduz à imposição de uma só perspectiva teológica: a tradicionalista, elaborada a partir de condicionamentos filosóficos e culturais de épocas passadas.

Assim, sucessivamente no período pós-conciliar, assistimos à violência repressiva contra uma exegese renovada, contra novas perspectivas teológicas européias, contra a teologia da libertação, contra a teologia asiática e africana, contra a teologia indígena. E, ordinariamente, os processos seguem uma pauta de tipo violento: chegam à Congregação para a Doutrina da Fé acusações de pessoas conservadoras e ultraconservadoras, ou de inimigos pessoais que sabem que gozarão da proteção da confidencialidade e do apoio incondicional de parte dos responsáveis da Congregação; esses dão para exame os textos em questão a “peritos” que gozarão da proteção do anonimato e que não terão que enfrentar o acusado; esse tem

³ Assim o fez um cardeal da cúria romana em sua intervenção durante o sínodo sobre a vida consagrada.

que responder às acusações e oferecer explicações sobre o que é considerado heterodoxo.

É surpreendente constatar que muitas vezes o "perito" embasa suas acusações em frases fora de contexto⁴. Depois de responder e esclarecer as coisas não se recebe, a não ser em casos especiais, qualquer carta de desoneração na qual a Congregação diga que seu "perito" se equivocou. Tampouco o acusador recebe uma admoestação ou uma punição canônica por haver mentido ou caluniado.

Esse dogmatismo violento freia a investigação e o estudo legítimo entre os exegetas, teólogos, moralistas, pastoralistas. Muitos, por medo, se impõem uma forte autocensura. A Igreja tem também com frequência atitudes impositivas na sociedade sem considerar o mundo pluralista em que vivemos. A Igreja tem certamente direito a apresentar o Evangelho e suas exigências, mas sem dogmatismos e sem pretender impô-los àqueles que não crêem ou professam outras religiões.

Conclusão: em direção a uma nova eclesialidade

As tensões e conflitos na Igreja não podem ser eliminados com a violência do centralismo que controla tudo, nem com a violência do autoritarismo que sanciona e exclui, nem com a violência do dogmatismo que impõe e uniformiza, nem com a violência da recusa da autoridade ou das verdades fundamentais da fé e da moral católicas.

O que se requer é que se supere o modelo de Igreja da cristandade neoconservadora que está recuperando terreno e que predomina na estrutura da Igreja no início do terceiro milênio.

É necessário caminhar para a aceitação prática do modelo de Igreja recuperado pelo Vaticano II: uma Igreja de comunhão, povo de Deus e sacramento do Reino. Nela deve haver lugar para o diálogo e para a comunicação, para a unidade na diversidade e para um clima de liberdade como expressão do amor que aceita o outro e que cria comunhão dentro e fora da Igreja.

Antes de tudo, há necessidade de uma atitude dialógica na Igreja, que leve a falar e a escutar o outro, sem atitudes inquisitoriais ou de recusa, na busca sincera da verdade à luz do Evangelho, tanto em seu interior como com outras confissões cristãs, com outras religiões e com a sociedade. A isso convida o Vaticano II na Constituição *Gaudium et Spes* quando, falando da Igreja e de sua missão de iluminar toda a humanidade com a luz do Evangelho, a apresentava como "sinal daquela fraternidade que permite e consolida o diálogo sincero. Isso requer que, em primeiro lugar, promovamos na mesma Igreja a estima mútua, o respeito e a concórdia, reconhecendo toda legítima diversidade, para estabelecer um diálogo cada vez mais frutífero entre todos os que constituem o único povo de Deus, tanto os pastores como os demais fiéis cristãos. O que une os fiéis

⁴ Isso aparece ainda em processos recentes. Com o método que certos "peritos" usam (sempre protegidos pelo anonimato) alguém poderia acusá-los até de heresia, examinando umas poucas páginas de seus escritos.

é mais forte do que o que os divide. Haja unidade no necessário, liberdade no duvidoso, caridade em tudo”⁵.

Este diálogo se estende também a outras confissões cristãs num autêntico ecumenismo e não exclui “ninguém, nem aqueles que cultivam os bens preclaros do espírito humano, mas não reconhecem contudo seu Autor nem aqueles que se opõem à Igreja e a perseguem de diferentes maneiras”⁶.

Junto com o diálogo requer-se uma descentralização que permita um contato direto com os desafios e os problemas dentro e fora da Igreja. Isso favorecerá a co-responsabilidade e a prática da colegialidade episcopal e dará menos espaço a atitudes inquisitoriais alimentadas por acusadores covardes que atiram a pedra e escondem a mão e que se crêem possuidores da verdade “objetiva” e estão dominados pelo medo à confrontação. Isto, no fundo, é medo da verdade e da autêntica liberdade, já que a verdade é a que nos faz livres (Jo 8,32).

João Paulo II em sua Encíclica *Ut unum sint* afirmava que “quando a Igreja Católica afirma que a função do Bispo de Roma responde à vontade de Cristo, não separa esta função da missão confiada a todos os Bispos, também eles” vigários de Cristo “O Bispo de Roma pertence a seu” colégio “e eles são seus irmãos no ministério (...)”. Que o Espírito Santo nos dê sua luz e ilumine todos os Pastores e teólogos de nossas igrejas para que busquemos, juntos, as formas com

as quais este ministério possa realizar um serviço de fé e de amor reconhecido por uns e outros”⁷.

Essas novas formas de estrutura de serviços na Igreja não somente são necessárias no campo ecumênico, mas também são urgentes no interior da Igreja Católica. É necessário que o Papa seja ajudado em seu ministério mais diretamente pelas conferências episcopais que pela cúria romana que concentrou excessivamente o poder decisório que conduz à violência do centralismo, do autoritarismo e do dogmatismo. Este é o motivo pelo qual cada vez com mais força pessoas de nome e hierarquia na Igreja propõem que os consultores e conselheiros do Papa sejam os presidentes das conferências episcopais. O diálogo com eles daria ao Santo Padre uma visão mais clara da realidade e dos desafios que a Igreja deve enfrentar nos diversos contextos socioculturais e eclesiais.

Assim se evitariam de parte do juridicismo centralista da cúria romana ordens abstratas e universais que impedem flexibilidade e adaptação às diversas circunstâncias, que criam tensões e conflitos e que *exercem violência* com a imposição de uma uniformidade rígida, fruto de um conceito equivocado de unidade. Esse deve ser superado, uma vez que a Igreja “ em virtude de sua missão e de sua natureza, não está ligada a qualquer forma particular de cultura humana ou sistema político, econômico ou social; por isso, está chamada a viver a

⁵ GS, 92.

⁶ Ib.

⁷ *Ut unum sint*, 95.

unidade na diversidade sociocultural e eclesial através de um diálogo sincero, fraterno e maduro, que ajude a superar violências e medos.

Camilo Maccise, Ocd: Ex-Superior Geral dos Carmelitas Descalços. Ex-Presidente da União de Superiores Gerais (USG). Professor do Instituto de Espiritualidade – México.
Endereço do autor:
Calle Dieciocho 136 – Casilla 9501 – Santiago – CHILE

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- O que mais o/a tocou do artigo e mais bem lhe fez?
- 2- Você conhece por experiência própria e alheia algumas outras manifestações de violência na Igreja além das que descreve o autor? Como reagiu diante delas como “filho/a da Igreja”?
- 3- Que sugestões possíveis lhe ocorreram para ir superando pouco a pouco estas manifestações?

**“que o Espírito Santo nos dê sua luz
e ilumine todos os Pastores
e teólogos de nossas igrejas para
que busquemos, juntos, as formas com
as quais este ministério possa realizar
um serviço de fé e de amor
reconhecido por uns e outros”**



CRB

Impresso
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

Marcos Indicadores

Há uma esperança para o teu futuro!

Há setas indicando o caminho... *Jr 31, 17.21*
por isso, finca bem as estacas, desdobra a lona,
estica as cordas, amplia o espaço... *Is 54, 2*

Neste horizonte de esperança, a CRB se compromete a animar e assessorar o processo de refundação da Vida Religiosa, sinalizando o caminho através desses marcos:

1. Espiritualidade integradora como experiência de itinerância, vivida na dinâmica pascal.
2. Opção preferencial, audaciosa e atualizada, pelos empobrecidos e excluídos.
3. Comunidade, antídoto contra o individualismo, espaço de irmandade, crescimento, discipulado, solidariedade.
4. Formação para ser presença profética na realidade, comprometer-se e deixar-se evangelizar.
5. Abertura às interpelações das novas gerações em sua diversidade cultural.
6. Novas relações de gênero e etnia tecidas no respeito e valorização do diferente.
7. Intercongregacionalidade, trabalho em rede e parcerias com leigos e diversos organismos em vista da solidariedade.
8. Análise institucional a partir do carisma e em vista da pessoa e da missão.
9. Apoio a novas formas de consagração e de pertença aos carismas.
10. Dinamização e operacionalização do Projeto da CLAR "Pelo Caminho de Emaús".
11. Resposta generosa e presença inculturada na missão além-fronteira.

A nós, irmãs e irmãos de todo o Brasil, cabe a responsabilidade de transformar em vida profética e missionária o que o Espírito nos propõe neste momento. Nesta esperança, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, avançamos para o futuro.

(Texto final aprovado pela XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB, celebrada em São Paulo, de 09 a 13 de julho de 2001.)